



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 10/X-3º/2011-12

1 - Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e doze, pelas 21H15, nas instalações do Centro Cultural Juvenil de Stº Amaro – Casa Amarela, sitas na Av.ª Professor Rui Luys Gomes, nº 2, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação do Projeto de Deliberação sobre Registo de Interesses Lei nº 64/93, de 26 de agosto.

3.3 – Apreciação e votação do Projeto de Deliberação para Referendo Local sobre a Reorganização Territorial Autárquica

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas”

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão Consolidado e Respetivos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas, do Município de Almada relativas ao ano de 2011”

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração dos Estatutos da Associação MADANPARQUE – Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal”.

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada”.

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Específico de Gestão do Estacionamento e Circulação da Unidade de Gestão do Estacionamento e Circulação (UGEC) da Costa da Caparica – Praias”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.ªs. Elisabete Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Deputado Municipal Sr. Fernando Jorge Amoreira Fernandes – Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica.

4.1 – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Teresa Isabel Ralha da Costa Santos; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; António Abrantes de Almeida e Francisca Luís Baptista Parreira.

5 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

5.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1472/X-3º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Neves Correia Taipas, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº1445/X-3º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Loureiro Coelho, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1302/X-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1446/X-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1440/X-3º), (Conforme Anexo V).
- O Senhor Deputado Municipal Hélder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1418/X-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1399/X-3º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1474/X-3º), (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 28 de junho de 2012 (Ent. nº 1475/X-3º), (**Conforme Anexo IX**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 28 de junho de 2012, (Ent. nº 1476/X-3º), (**Conforme Anexo X**).

5.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Sérgio Neves Correia Taipas e por impedimento da cidadã Sr.^a Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII e XIII**).
- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, da eleita Sr.^a Paula Cristina Loureiro Coelho e por impedimento do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.^a Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.^a Margarida Santos Serafim, do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira – PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingos Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).
- O Candidato Senhor Carlos Alexandre de Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).
- O Candidato Senhor José Manuel Vasques Godinho, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Hélder de Jesus Dias Viegas e por impedimento do cidadão Sr. Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto e da cidadã Sr.^a Sónia Margarida Pereira da Cruz Mirco Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXII, XXIII e XIV**).
- O Candidato Senhor António Paulo Júnior, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Miguel Ganhão Pires, da cidadã Sr.^a Joana Tavares Reis Raposo, do cidadão Sr. António Carlos Moreira Camacho, do cidadão Sr. Paulo Jorge Fernandes Mendes, da cidadã Sr.^a Maria Teresa dos Santos Baptista Gafeira, do cidadão Sr. Ricardo Filipe Barão Gazimba, do cidadão Sr. Fernando Jorge Lopes Pereira e da cidadã Sr.^a Sandra Isabel da Silva Ramos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXIV**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXXV, XXXVI e XXXVII**).
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXVIII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia do Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respectivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta de Freguesia, Senhora Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garrett, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXIX**).

5.3 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 1098/X-3º ao nº 1457/X-3º, do Expediente Enviado do nº 373/X-3º ao nº 566/X-3º, informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 21/X-3º/2011-2012, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 04/X-3º/2011-2012 (Período de 20 de abril a 26 de junho de 2012), das Atas Nº 07/X-3º/2011-12, 08/X-3º/2011-12 e 09/X-3º/2011-12 e das Minuta das Atas Nº 07/X-3º/2011-12, 08/X-3º/2011-12 e 09/X-3º/2011-12 para posterior aprovação e ratificação.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Gonçalo Paulino em representação da Delegação de Almada ACDS, residente na Charneca de Caparica.

6.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Gonçalo Paulino

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui apresentar a introdução e nomeadamente a conclusão de um estudo que, e venho em representação da Associação de Comércio e Serviços – Delegação de Almada. Um estudo que foi apresentado a todos os partidos políticos com representação aqui em Almada.

«O Plano da Desenvolvimento para a área de Almada Centro apresentado pela Câmara Municipal de Almada, a munícipes no geral e a empresários em particular, designado por Almada Centro Shopping e Lazer consagrava no seu âmbito a criação de um centro comercial a céu aberto baseado numa estratégia de desenvolvimento para um universo de 200 lojas.

Após o conhecimento das diretivas do Almada Centro Shopping e Lazer, a ACSDS levou a efeito uma contagem rigorosa no terreno em que, face a pequenos e grandes espaços, contabilizou um número final próximo dos 500 espaços comerciais.

Em Janeiro de 2012, apurou-se o encerramento de 240 espaços comerciais em Almada Centro, que implicou diretamente uma perda de 500 postos de trabalho.

Assim, tornava-se premente avaliar as opiniões, sobre as alterações de circulação que ocorreram num passado recente, de todos os agentes económicos que desenvolvem a sua atividade no perímetro do centro urbano de Almada (designado por Almada Centro).

Após todas as considerações, reuniões e tomadas de decisão desde o encerramento do eixo canal até ao presente nunca se registou a opinião daqueles que escolheram o centro urbano de Almada como local de desenvolvimento da sua atividade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Porquanto, este relatório pretende ser o reflexo ordenado e organizado das opiniões recolhidas em forma de questionário, para que se consiga avaliar o impacto económico resultante das alterações de circulação e de estacionamento instituídas no perímetro urbano de Almada Centro, no seguimento da implementação do Plano de Mobilidade e Acessibilidades XXI.

A amostra recolhida é relevante tendo em conta a atual realidade do tecido económico do perímetro urbano de Almada Centro.

As considerações a retirar do presente relatório revestem-se da maior importância na medida em que os resultados da análise às respostas dos agentes económicos demonstram uma enorme insatisfação face às alterações operadas ao nível da circulação e estacionamento impostas pelo Plano de Mobilidade e Acessibilidades XXI implementado pela Câmara Municipal de Almada.

A maioria dos inquiridos consideraram, de um modo generalizado, que as alterações impostas trouxeram consequências negativas quer ao nível da afluência e da fruição do perímetro de Almada Centro, bem como da manutenção e perpetuação dos negócios dos 213 inquiridos.

Em termos de afluência de clientes ao estabelecimento, 82,16% assumiram que a mesma diminuiu.

A mobilidade no perímetro de Almada Centro, após a implementação das medidas do Plano de Mobilidade e Acessibilidades XXI, não foi melhorada segundo a opinião de 86,38% dos inquiridos, nem a oferta de estacionamento foi tida como suficiente para 188 dos inquiridos.

Mais de 90% dos inquiridos — agentes económicos do perímetro Almada Centro — viu o seu volume de faturação diminuir face ao desempenho que ocorreu em anos anteriores ao dito Plano de Mobilidade e Acessibilidades XXI.

Deste modo, e face aos dados recolhidos é importante fazer uma reflexão pública sobre este tema, e ponderar as formas de alterar a situação atual tendo em vista a melhoria das condições de fruição, circulação e estacionamento do perímetro de Almada Centro, de modo a ser mais um contributo para atenuar as vicissitudes da economia atual».”

6.2 – Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, residente na Charneca de Caparica.

6.2.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Beatriz Ferreira, eu sou moradora na Freguesia da Charneca de Caparica e eu sou de opinião que os habitantes na Charneca nunca tiveram o hábito de comentar a rede viária que os serve. Não que nós estejamos propriamente satisfeitos com o estado da rede viária, mas sim porque as queixas sucedem-se às autoridades competentes, seja à Estradas de Portugal, à Câmara Municipal ou até mesmo à Junta de Freguesia e não se consegue que estas autoridades unam esforços para resolver os problemas das infraestruturas rodoviárias mais básicas. No entanto eu tive conhecimento de uma situação e até eu que já me vou conformando com as estradas na Charneca, achei esta situação particularmente caricata.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Existe uma estrada que é a estrada do Areeiro, que liga ao cruzamento do Campo de Flores às Casas Velhas.

Portanto é uma estrada que circula paralelamente à A33, antigamente estrada nacional 377 e a sua importância advém da possibilidade de ligar uma série de lugares tal como a Azinhaga da Ribeira ou a Azinhaga de St.º António e até mesmo o Jardim de Infância, depois a autoestrada e seguidamente ao IC 20. Durante a construção da A33 eu usei com frequência esta estrada com alternativa à autoestrada que estava a ser feita. E eu partilhei esta estrada juntamente com os camiões das obras que por ali passavam e que danificaram o alcatrão precário que já existia há muitos anos e nas zonas onde já existia a terra, já não havia alcatrão, começaram a aparecer buracos. No entanto, terminaram as obras e eu deixei de usar esta estrada como precisava. E no entanto vi que a entrada para a estrada do Areeiro tinha sido alterada, que tinha sido alcatroada colocaram sinalização, iluminaram bem a entrada e tudo me parecia ok, até que nesta terça-feira voltei a entrar precisamente nesta estrada e verifiquei que ao fim de algumas dezenas de metros, este fantástico alcatrão com o qual também alcatroaram a autoestrada desaparece, e voltamos a entrar numa estrada, cujo alcatrão está partido e vai-se sucedendo entre as zonas onde só existe terras e buracos. Também é óbvio que o cuidado com a sinalização que se vê a entrada da estrada do Areeiro, também não continua para a restante estrada. E só existe apenas uma placa com a indicação do tal Jardim de Infância que já atrás referi. A falta por exemplo de sinais de indicação dos sentidos de rua, que permita a quem vem no sentido do Campo de Flores para o Monte de Caparica, se aperceba que vai entrar em contra mão na autoestrada. Preocupa-me acima de tudo que se esteja a criar ali uma espécie de um gueto, considerando que aqueles lugares estão de certa forma entalados entre a autoestrada nova que se criou e o IC 20, e que a ligação das populações a uma estrada condigna não esteja de certa forma assegurada. Por isso eu gostaria de saber se nas reuniões de preparação do projeto entre as Estradas de Portugal e a concessão do Baixo-Tejo, se a Câmara Municipal identificou este problema e pediu para o resolver? Se o fez, quem foi o responsável pela situação que existe atualmente, e se não o fez, gostaria de saber se a Câmara Municipal pensa vir a recuperar aquela estrada e dar mais segurança à população.”

6.3 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Alexandre Guerreiro, residente em Almada.

6.3.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Alexandre Guerreiro

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Recentemente, tive a oportunidade de contactar com comerciantes de Cacilhas com o objectivo de indagar em que situação se encontram atualmente. O quadro desenhado pelos próprios não foi o de um cenário confiante e promissor: as quebras das receitas são evidentes, uns já fecharam portas e outros ponderam seriamente recorrer a esta via caso a tendência se mantenha. Os factores que justificam a atual situação alarmante de divórcio entre a clientela e os comerciantes de Cacilhas prendem-se, entre outros, com (i) as obras na Rua Cândido dos Reis - que, 1 ano e 3 meses depois continuam a olhos vistos e afastam quem por lá passa -, (ii) os acessos limitados para os estabelecimentos comerciais e (iii) a questão do estacionamento - ou não o há ou o que há é pago.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, e como forma de solucionar este problema, foi hoje sugerido à Câmara Municipal de Almada que (i) crie mais estacionamentos ou facilite o acesso aos já existentes e (ii) desenvolva sinergias com associações culturais e operadores turísticos locais para garantir a ligação entre os locais de comércio/restauração e as atividades destes.

O atual quadro não se verifica apenas em Cacilhas, infelizmente, mas também na Costa de Caparica, onde os comerciantes sentem dificuldades. Para este cenário contribui, desde logo, o sistema de controlo de acessos ao maior parque existente nesta cidade e que tem como base uma cancela como forma de garantir que quem pretender estacionar para ir a um restaurante ou à praia paga, dispensando a intervenção dos fiscais da ECALMA. Ora, este sistema de controlo de acessos - que custou €51.225,00 através de um ajuste direto celebrado a 15 de Maio de 2012 com a Soltráfego, Soluções de Trânsito, Estacionamento e Comunicações - mais não é do que uma forma de usura que limita o acesso daqueles que durante décadas acederam gratuitamente às praias e prejudica o comércio na zona, transformando-se um direito fundamental num meio de encher o «mealheiro da ECALMA» que, com as moedas colocadas pelos utentes que não têm outra hipótese senão pagar, continua a lucrar, indiferente às consequências para a economia e para o desenvolvimento local.

Aliás, importa questionar, afinal, para que serve a ECALMA, uma empresa municipal que deveria gerir o trânsito no município em vez de atuar à margem da lei, transformando-se numa mera máquina de fazer dinheiro. Sucede que se consultarmos a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, respeitante ao sector empresarial local, constatamos que a ECALMA prossegue fins, realmente, estranhos aos que deveria prosseguir, destacando aqui os artigos 7.º e 5.º, n.º 1, a saber:

«as empresas [municipais] têm obrigatoriamente como objecto a exploração de atividades de interesse geral, [e] a promoção do desenvolvimento local (...) sendo proibida a criação de empresas com o intuito predominantemente mercantilista» (art. 5.º, n.º 1)

A lei reforça este conteúdo no art. 7.º ao dispor que «as empresas [municipais] visam a satisfação das necessidades de interesse geral e promovem o desenvolvimento local». Como é possível afirmar que a ECALMA contribui para uma atividade de «interesse geral» que promove o «desenvolvimento local» quando instala sistemas de acesso aos parques disponíveis acabando por repelir os que se pretendem deslocar à Costa de Caparica para aproveitar o que de melhor ela tem? O novo sistema implementado para aumentar os lucros e o local astuciosamente escolhido para este efeito demonstram que a ECALMA não pretende proteger os interesses locais, mas sim aumentar os lucros, mercantilizandose. Além desta evidência, recorde-se que a ECALMA já recorreu à publicidade na Festa do Avante para se promover. Ora, a publicidade é o instituto mais grosseiro de que a empresa se mercantiliza, uma situação que, como já se viu, viola a lei!”

6.4 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Pedro Matias, residente em Almada.

6.4.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Pedro Matias

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O que me traz aqui hoje tem a ver com o Bairro onde eu nasci. Eu nasci no Bairro de S. Paulo em Almada. E nesta última semana passou-se uma questão sobre o estacionamento no Bairro que eu gostava de trazer aqui à colação. Mas antes de entrar nesta temática gostava de dar aqui duas notas à Sr.^a Presidente. A primeira nota é que a censura terminou no dia 25 de Abril de 1974. E que o muro de Berlim caiu em 1989. Estas duas notas.

Sobre a questão e a temática que eu quero intervir, na última Assembleia de Freguesia de Almada e na última Sessão de Câmara foi entregue um abaixo-assinado com 162 assinaturas relativamente a procedimento que a ECALMA tem vindo a desenvolver no Bairro de S. Paulo e a intimidar os Munícipes que ali moram relativamente ao estacionamento. E o que me parece na última Sessão de Câmara, em virtude de não ter possibilidade de intervir, ficou a mensagem de que era uma questão mais ou menos do Código da Estrada, mas não é. E há bocado alguém dizia, penso que quem falou antes de mim, a ECALMA neste momento com o beneplácito da Câmara Municipal, tenta extorquir um Bairro onde a sua população é muito idosa, tem um rendimento per capita muito baixo, algumas pessoas vivem em extrema pobreza e parece que o procedimento que a ECALMA está a querer introduzir naquele Bairro é uma tentativa de extorsão dos Munícipes.

Queria também dizer aqui outra coisa que me parece importante, que era colocar o foco da questão Sr.^a Presidente, disse que a questão no Bairro de S. Paulo era uma questão do Código da Estrada, não é Sr.^a Presidente. O problema é que a Sr.^a fez três parques de estacionamento, desviados de 50 metros cada um, custou um milhão de euros cada um e tem uma taxa de ocupação praticamente zero. E o que a Sr.^a está a tentar fazer é criar pressão à superfície para obrigar os Fregueses e os Munícipes a introduzirem os carros e a pagarem uma taxa nos parques que estão vazios. Pois, Sr.^a Presidente, pode-se rir, mas vai ter a nossa resistência até ao último instante. E também quero-lhe dizer uma coisa, a Sr.^a está na Câmara há 26 anos e é titular de um cargo público, não tem nenhum direito de posse, mas às vezes parece-me que a Sr.^a ultrapassa aquilo que é o seu direito de exercer um cargo público.”

6.5 – Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Carlos Delié, residente em Almada.

6.5.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Carlos Delié

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Face à dimensão dos problemas que aqui foram colocados anteriormente, aquilo que vou colocar são problemas comezinhos. Mas são problemas comezinhos que infelizmente pese o tempo que tem passado já, ainda não estão resolvidos, vou-me referir a dois aspetos em concreto, à questão da iluminação pública, que é uma preocupação em todas as Freguesias e começando por pôr à evidência, algo que provavelmente a Câmara desconhecerá. Não percebo havendo os problemas que há em termos de poupança que é elementar é óbvio, mas havendo problemas de poupança de encargos com redução da iluminação, a gente assiste a que desde antes do dia 10 de junho, as iluminações dos Santos Populares estejam permanentemente ligados e pela noite toda. Mesmo quando não há qualquer exibição na Av.^a Aliança Povo MFA.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A segunda questão que eu não referi mas que também me ocupará trinta segundos, prende-se com uma coisa, a Câmara salienta permanentemente a sua preocupação com as crianças. Salutar a ideia porque são elas o futuro deste país. Mas também devia preocupar com os velhos, pelo menos devia preocupar-se mais com os velhos. O que nós assistimos é que no Centro da Freguesia do Laranjeiro e o tal encontro da esmagadora maioria dos reformados da Freguesia, e que quando têm dificuldades infelizmente a pressão arterial hoje é uma doença do século XXI e os comprimidozinhos que se tomam obrigam a com alguma regularidade as pessoas tenham que ir à casa de banho. Solução óbvia ou pagam um café, têm que ir tomar um cafezinho, para poderem ir à casa de banho duas ou três vezes durante a manhã, ficam quase embriagados, ou então encostam-se ao muro mais próximo o que é efetivamente uma situação mais do que desagradável. Já colocamos várias vezes a situação à Sr.^a Presidente da Junta que simpaticamente como é seu timbre, encaminha o assunto, mas a verdade é que esta última informação que obtivemos é de que haveria um concurso junto da JC DECO mas criar um concurso público internacional que infelizmente está a demorar tempo. Chamo a atenção da Câmara para estes pequenos problemas. São de facto pequenas circunstâncias, se calhar ligados a muitos problemas bem mais graves e a Freguesia do Laranjeiro sem dúvida que os tem. Mas que se calhar com alguma boa vontade a Câmara poderia resolve-los.”

6.6 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra as Senhoras Deputadas Municipais Ana Margarida Lourenço e Luísa Ramos e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só fazer uma pequena nota. Eu cheguei atrasada a esta Sessão, mas tive oportunidade ainda de ouvir o Dr. Gonçalo Paulino da Associação de Comércio e Serviços – Delegação Almada da Associação de Comerciantes, que fez aqui a apresentação de um relatório de uns questionários que distribuíram por Almada Centro, eu tive oportunidade já de ver, nós Partido Socialista tivemos oportunidade de ver este relatório com bastante atenção, tivemos inclusivamente também na apresentação do mesmo que decorreu esta semana, e só dar nota que achamos que para além de ser um instrumento bastante válido, porque não só reflete aquilo que são as opiniões dos comerciantes, mas também as opiniões dos clientes do comércio local e do comércio desta zona Almada Centro. Queremos deixar aqui a nota de que iremos entregar um requerimento à Mesa da Assembleia, para que seja convocada uma reunião da Comissão que tem esta questão da mobilidade para que possamos analisar este instrumento e outros que a Câmara também tenha disponíveis para que possamos de facto não só estar sempre, pelo menos de há três anos para cá ou mais que andamos constantemente a falar destas questões da mobilidade no Centro de Almada, mas que possamos aproveitar também este instrumento que a Associação de Comerciantes de forma altruísta fez para que possa ajudar não só o trabalho deles e nós aproveitamos e tentamos também fazer o nosso trabalho como este instrumento me parece bastante completo, bastante isento, e bastante próximo daquilo que é a realidade.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.6.2 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho aqui porque normalmente nós falamos da bancada, mas porque nos vamos referir a público, a munícipes gosto de olhar para as pessoas. Nós agradecemos em nome da CDU, o Relatório que os Srs. nos mandaram. Também nós pensamos que efetivamente é um excelente documento de trabalho por se referir as reais dificuldades dos comerciantes na Zona Centro. Já agora uma pergunta, parece que aquele inquérito só abrange a Zona Centro. Portanto, nós neste momento não temos condições de saber a real situação dos comerciantes noutras zonas do Concelho, as suas dificuldades económicas, os seus encerramentos, os seus despedimentos, noutras zonas do Concelho que não Almada Centro. Presumo e já agora peço o favor se o tiverem também que nos mandem porque gostaríamos muito de aferir a real situação dos comerciantes no Concelho.

Mas porque me parece que os Srs. também e há algum tempo a CDU tem colocado estas questões, desde já dizer que também a Assembleia Municipal seguramente será, já não falo só os comerciantes, só a Associação, só os Munícipes, mas presumo que também todos nós Deputados eleitos seguramente que iremos ter acesso às conclusões daquilo que a Autarquia, daquilo que o Município, daquilo que a Câmara Municipal como os Srs. saberão, porque têm relações muito próximas com a Câmara nesse sentido, e sabem que a Câmara está efetivamente, podemos estar atrasados, admito que sim, mas sabem, seguramente estarão informados do trabalho que se está a desenvolver para ultrapassar, para corrigir algumas situações.

Mas permitam-me que vos diga uma coisa, será que a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição só se refere no seu relatório no barómetro de vendas em que existem quebras de milhões de euros na atividade comercial do país, só a Zona Centro de Almada? Os Srs. não têm uma palavra sobre a situação social económica das famílias, o desemprego, o roubo dos subsídios, acha que isso não tem efeito nenhum nas compras?”

6.6.3 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria deixar aqui algumas notas relativamente a questões que foram colocadas pelos nossos munícipes, a começar pelo nosso amigo Carlos Delié, queria cumprimenta-lo, já há muito tempo que não o via, e saúdo a sua participação hoje aqui como em relação aos restantes munícipes, mas dizer-lhe que de facto a questão que aqui trouxe quando se referiu à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, é um facto que a Sr.^a Presidente tem vindo a colocar a questão que aqui referiu nas reuniões de articulação que fazemos. Portanto, nós eu Presidente de Câmara com os Presidentes de Junta de Freguesia, fazemos reuniões periódicas, com regularidade para falarmos e partilharmos preocupações e encaminhamos também na medida do possível as soluções para os problemas identificados. Portanto, esta questão está identificada, não lhe sei dizer quando e se é possível resolver a colocação de um sanitário automático na Zona Centro do Laranjeiro, mas está equacionado. Não está equacionado apenas em relação ao Laranjeiro, como está também em relação a outras Freguesias.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depende de vários aspectos nomeadamente também de custos porque se trata de mobiliário que as empresas não põem gratuitamente e portanto tem que haver uma avaliação obviamente também dos encargos associados a este tipo de equipamento. Mas está identificado e queria aqui confirmar o que a Sr.^a Presidente de Junta referiu.

Relativamente à Av.^a Povo MFA. Eu percebo as preocupações que aqui naturalmente trouxe, são pertinentes, no entanto a Av.^a Povo MFA foi considerado o eixo preferencial para as Marchas Populares e obviamente que foi necessário dar àquela artéria uma iluminação adequada e naturalmente que no âmbito dos Santos Populares essa questão foi considerada, nós realizámos também de vinte e três para vinte e quatro de junho as Marchas, e foi um êxito e foi muito interessante, obviamente que não devem permanecer acesas para além da quadra popular que estamos a atravessar e nesse sentido agradeço-lhe também o seu alerta.

Queria deixar nota, de que os munícipes da zona da Av.^a Cristo Rei, da Paula Vicente, etc., estiveram na reunião de Câmara este Sr. que aqui falou, enfim com todo o respeito, mas ou não percebe quais são as regras que existem no funcionamento da Câmara ou quer de algum modo também confundir as pessoas. É hábito, é costume, o que acontece é que este Sr. chegou depois de todos os Munícipes se terem inscrito, chegou já os Munícipes estavam a falar, e depois queria também intervir, já estávamos fora do tempo das inscrições. Mas as pessoas falaram, tiveram naturalmente todos o tempo que foi necessário, foram esclarecidos e as pessoas saíram da reunião de Câmara esclarecidas e tranquilas relativamente àquilo que a sua Câmara Municipal entende sobre as matérias ali trazidas. E portanto, não vale a pena continuar a fazer desta questão um caso porque não é um caso e obviamente que à semelhança da forma como a Câmara tem tratado outras situações idênticas no Concelho, vai continuar a trabalhar da mesma forma e em articulação com os nossos munícipes. Portanto, deixava esta nota, não é para mim com certeza, nem a censura nem o muro de Berlim.

Depois queria deixar também nota de que por vezes há situações pontuais que dão um bocadinho nas vistas, mas depois são ultrapassadas, são resolvidas, mas há quem não acompanhe a realidade e portanto continua a falar como se as coisas permanecessem no mesmo ponto. E eu aqui queria referir-me à Costa da Caparica onde relativamente à questão aqui trazida, nós estamos atentos, ouvimos as pessoas, dialogamos com as pessoas. Somos uma Câmara aberta à reflexão, e naturalmente que em função daquilo que são as questões identificadas pelos munícipes e que precisam de ser refletidas e por ventura ajustadas, nós sempre assim trabalhamos e é com essa postura que assumimos a governação local. E portanto, em relação à Costa também já está fora de tempo porque aquilo que foi uma situação pontual, foi objeto de diálogo com as pessoas, de pontos de vista que se trocaram e de entendimentos que se estabeleceram e puseram também em prática.

Queria dizer relativamente à questão de Areeiro, que recentemente voltou a ser entregue à Baixo-Tejo um levantamento sobre todas as situações identificadas, associadas e que não estão resolvidas, associadas a construção da agora chamada A33, eu não lhe chamo A33, porque aquilo para mim não é uma autoestrada. O Plano Rodoviário Nacional 2000 não foi alterado, e o que nós temos é o IC32, o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Itinerário Complementar. E é muito importante que todos nós e todos os Municípes também tenham esta questão bem presente, porque existe um dossier entregue na Assembleia da República à Comissão, à Sr.^a Presidente da Assembleia, aos Grupos Parlamentares que dá conta de todo o histórico e todos os atropelos que este processo de construção do IC32 sofreu durante todo o tempo que decorreu a própria obra e que os Srs. Deputados Municipais tiveram a ocasião também de acompanhar e tomar posições muito objetivas e muito firmes relativamente à forma como este processo decorreu. Mas é perigoso assumirmos e eu enquanto Presidente de Câmara não quero de modo nenhum aceitar e assumir que sem a Lei ser alterada a estrada tenha mudado de categoria, e porque isso é muito perigoso nomeadamente veja-se as questões das portagens. Portanto o que gostava de dizer é que o IC32 para nós não está fechado o levantamento de todas as insuficiências e irregularidades foi feito e foi entregue não só ao Governo, a este Governo, ao anterior Governo, estes Deputados na Assembleia da República, Comissão, Presidentes e Grupos Parlamentares, mas também o levantamento das insuficiências à Baixo-Tejo que é a entidade responsável e continuamos a acompanhar. Para nós na Câmara não demos o assunto por encerrado, temos é que exigir a quem tem responsabilidades, que corrija os problemas e que não abandone, não faça vista grossa sob pena de podermos ter situações de insegurança graves, e isso tem vindo a ser colocado para populações.

Depois queria também saudar a vinda do Sr. Dr. Gonçalo Paulino, o Presidente da Delegação de Almada da Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, dizer que, sabe que não estive na vossa reunião porque estava com as Opções Participativas à mesma hora a decorrer em Cacilhas, receberam uma carta minha, onde disse exatamente isso, e que também disse que, informei por escrito, na circunstância que está em curso uma avaliação em fase final, uma avaliação às soluções implementadas em todo o Concelho por força do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21. Avaliação das soluções implementadas em todo o Concelho a propósito do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21. Aliás de acordo com as linhas de orientação para 2012 aprovadas pela Câmara e pela Assembleia Municipal, o trabalho está em curso. E também nós temos naturalmente tido o cuidado de perceber comportamentos, resultados, etc.. E temos tido o cuidado de perceber a vários níveis, também da população em geral. A população que vive no próprio território, a população que vive na própria Freguesia, a população que vive no Concelho, e isso também para nós é importante. Nós estamos a fazer um trabalho muito profundo, um trabalho de grande alcance no sentido de se perceber as soluções do Plano de Mobilidade a nível geral do Concelho, resultaram, não resultaram, devem manter-se, não se devem manter, onde é que devem ser ajustadas ou não ajustadas, não é só um território, é em geral, porque elas têm aplicação generalizada e por outro lado também perceber relativamente ao Metro Sul do Tejo, qual é o resultado e a avaliação que as pessoas fazem não só de um determinado território, mas do território em geral. Portanto, queria deixar estas notas porque me parece importante aqui referir, na medida em que também o Dr. Gonçalo Paulino não referiu a informação da Câmara, mas obviamente que para nós os processos são sempre processos que não são fechados, são avaliados como sempre temos dito, e é essa a nossa atitude. As soluções são implementadas, são avaliadas e se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

existem questões que mereçam ser ajustadas naturalmente sê-lo-ão. Portanto, a seu tempo falaremos das conclusões do trabalho que está em fase de elaboração e já bastante avançado.”

6.7 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 – Foram apresentadas à consideração da Assembleia as Atas N^{os} 07/X-3^o, 09/X-3^o e 09/X-3^o e as respetivas Minutas.

7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Relativamente à Ata n^o 7, o CDS solicitou por favor a auscultação da mesma nos serviços.”

7.1.2 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Mas, relativamente à votação?”

7.1.3 – O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Relativamente à votação não.”

7.1.4 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Podemos votar?”

7.1.5 – O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Sim.”

7.1.6 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

O Sr. Deputado Municipal Pedro Maco deve dirigir-se aos serviços em qualquer altura e tem lá aparelhagem suficiente para ouvir a gravação e assim verificar a transcrição para a ata.”

7.1.7 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

la pedir-lhe que fizesse a votação, a ata n^o 7 separada por favor.”

7.1.8 – Foram aprovadas as Atas N^{os} 07/X-3^o/2011-12, 08/X-3^o/2011-12 e 09/X-3^o/2011-12 e ratificadas as respetivas Minutas, através da seguinte votação:

7.1.8.1 – A Ata e Minuta N^o 07/X-3^o foram aprovadas por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e três abstenções (de eleitos da CDU e do CDS-PP).

7.1.8.2 – As Atas e Minutas N^{os} 08/X-3^o e 09/X-3^o foram aprovadas por maioria com quarenta e um votos (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) e uma abstenção (de eleito da CDU).

7.1.8.3 – O Sr. Presidente da Assembleia informou que as abstenções do eleito da CDU, Sr. Hernâni Magalhães, deve-se ao facto de não ter estado presente nas reuniões a que se referem as Atas.

7.2 – Para apresentação de Votos de Pesar, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Armado Barata (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Arlindo Matos de Almeida e Voto de Pesar pelo falecimento de Ricardo de Almeida), Luís Filipe Pereira (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Portas) e a Mesa da Assembleia Municipal (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Bombeiro Manuel Branquinho).

7.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Armando Barata (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 18 de Fevereiro de 2012 depois de um período prolongado de doença Arlindo Matos de Almeida, e carinhosamente conhecido como Chico Americano (pelos piedenses).

Natural da Murtosa, Freguesia e Concelho do Distrito de Aveiro, cedo se radicou na Cova da Piedade, onde casou com Cecília Costeira e foi pai de três filhos (dois rapazes e uma rapariga).

Industrial da construção civil e do sector elétrico automóvel, estimado pelas suas grandes qualidades pessoais e profissionais, Arlindo Almeida era também considerado pela sua aptidão humanista. Nas variadas funções que exerceu sempre se distinguiu pela sua generosidade e dedicação, honrando e dignificando Almada, concelho do seu coração.

Autarca, membro da Assembleia Municipal de Almada e da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade, membro de diversos órgãos diretivos do PSD, destaca-se o empenho e dedicação com que desempenhou essas funções e pela qualidade da sua intervenção pública, que tanto dignificou a Freguesia da Cova da Piedade e o Concelho de Almada e pelo compromisso que sempre assumiu no exercício de uma cidadania ativa.

Assim, nos termos regimentais, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de Junho de 2012, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Arlindo Matos de Almeida salientando o grande contributo que deu para a implementação da democracia, como cidadão, como político e como ser humano.”

Voto de Pesar

Nascido em Cacilhas há 78 anos, Ricardo José de Almeida Júnior, após passagem por Évora onde conheceu e contraiu matrimónio com Maria Helena, radicou-se na sua terra do coração: Almada.

Muitas foram as gerações que marcou na sua longa vida dedicada ao ensino. Como professor das escolas Emídio Navarro e Anselmo de Andrade granjeou muito respeito e admiração junto de alunos e colegas; como fundador e diretor do Colégio Campo de Flores deu alma ao seu lema “Mais Saber, Mais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Valer”, quer como emblemático “Pai Natal”, quer como um diretor muito bem-disposto, afetuoso, amigo e muito disponível para colaboradores, alunos e suas famílias.

Como dirigente associativo destacou-se no Ginásio Clube do Sul e no Rotary Club de Almada, tendo sido escolhido para Governador Distrital (mais alto cargo nacional dos Rotary).

Como candidato independente à Presidência da Câmara Municipal de Almada demonstrou como a política pode ser elegante, ser tolerante e servir o bem público.

Ricardo de Almeida acreditava nas pessoas, gostava das pessoas. “Harmonia” foi a palavra que tantas vezes encontrou para agregar vontades e apaziguar ânimos. As inúmeras manifestações de pesar, que tanto confortaram a família, reforçaram a evidência, se ainda fosse necessário, de que estamos em presença de alguém que concretizou o seu sonho: deixar o mundo bem melhor, pleno de valores referência e que ninguém deixou indiferente.

Assim, nos termos regimentais, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de Junho de 2012, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Ricardo José de Almeida Júnior, indelevelmente ligado ao ensino e ao associativismo, reconhecendo o relevante que deu ao Concelho de Almada e à Região.”

7.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar

Miguel Portas faleceu no passado dia 24 de Abril, com 53 anos, após uma luta de mais de dois anos contra o cancro.

Ativista pela democracia desde jovem, foi preso pela polícia política da ditadura quando tinha apenas 15 anos. Esteve nas manifestações de estudantes e partilhou a esperança de tanta gente. Queria acabar a guerra, terminar a ditadura e mudar o mundo.

Viveu o 25 de Abril e quis sempre continuar os valores solidários desta data.

Militou no PCP entre 1974 e 1991.

Trabalhou em diversos municípios em programas culturais. Aprendeu a valorizar o poder local, as culturas, o interior e sobretudo as pessoas.

Economista por formação, o jornalismo foi a sua vocação. Fez parte da revista “Contraste” e foi editor de cultura do jornal “Expresso”. Fundou o jornal “Já” e a revista “Vida Mundial”, publicações das quais foi diretor.

Cosmopolita, apaixonado pela diversidade das culturas e pelos seus sinais, foi co-autor e apresentador de duas séries documentais televisivas sobre o “Mar das Índias” (2000) e sobre o Mediterrâneo em “Périplo” (2004) e escreveu dois livros sobre esta região. “No labirinto” (2006) e com Cláudio Torres “Périplo” (2009). Publicou também “E o resto é paisagem” (2002), uma recolha de crónicas, ensaios e reportagens.

Miguel Portas foi um dos fundadores do Bloco de Esquerda tendo sido o seu primeiro eurodeputado em 2009, continuando a exercer as suas funções em Bruxelas até aos seus últimos dias de vida. Foi



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dirigente do Bloco de Esquerda desde a primeira Assembleia até à data da sua morte. Durante toda a sua doença que encarou de forma corajosa e despojada, continuou sempre a cumprir as suas responsabilidades, dedicando-se nas últimas semanas de vida a preparar o relatório do Parlamento Europeu sobre as contas do Banco Central Europeu.

O seu falecimento suscitou tomadas de posição do Presidente da República, da Presidente e da Assembleia da República, do Governo, dos partidos políticos, da CGTP, de inúmeras associações e de muitas personalidades e organizações, do Parlamento Europeu e de múltiplos partidos europeus e outros. De todos os quadrantes políticos as mensagens realçaram o lado humano e a importância dos contributos de Miguel Portas para uma democracia mais participada e intensa. São assim demonstrações tanto da sua combatividade como do seu respeito pelos outros, o que era uma das marcas distintivas do seu compromisso consigo próprio. A democracia era a sua vida e não a concebia sem se entregar totalmente ao que mais gostava de fazer: a intervenção pública e cidadã.

Teve uma vida preenchida que viveu intensamente mas tinha sempre os olhos postos no futuro. “Não vivo muito o meu passado, não carrego muitas saudades” escreveu. Na sua última entrevista dizia ainda que “A minha vida valeu a pena porque ajudei os outros”. Tinha razão. Ajudou com o fulgor da sua inteligência e do seu humor todos quantos privaram de perto com ele.

Colaborou em causas. Disse o que pensava. Defendeu a beleza das coisas simples. Procurou ter tempo para pensar e para viver a companhia dos filhos. Viveu sempre com emoção. Não é pouco. Na verdade é quase tudo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de Junho de 2012, apresenta à sua família e amigos as mais sentidas condolências, juntando-se a todas as vozes que lamentaram a sua perda e a forma como esta empobrece a democracia.”

7.2.3 – A Mesa da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 15 de junho o Cidadão Manuel Diniz Branquinho Adjunto de Comando do Quadro de Honra dos Bombeiros Voluntários da Trafaria.

Manuel Branquinho alistou-se na causa dos Bombeiros em 1940 e integrou o corpo de bombeiros da Trafaria em 1961.

Manuel Diniz Branquinho foi um soldado da paz de referência, um Cidadão exemplar, um Homem Bom e Altruísta.

O seu amor aos Bombeiros da Trafaria era exemplo local, regional e nacional.

Foi várias vezes condecorado pela sua ação, comportamento, empenho e desempenho como cidadão, bombeiro e dirigente da associação.

Foi condecorado com as medalhas de cobre de Dedicção, de prata de Dedicção, cobre da Liga dos Bombeiros Portugueses, prata de uma estrela, e da Liga dos Bombeiros Portugueses, ouro de Assiduidade, ouro de Dedicção, comemorativa do 1º Centenário Bombeiro Voluntário de Lisboa,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Filantropia e Caridade e prata e ouro de Bens Serviços da Câmara Municipal de Almada e foi também distinguido com o Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses.

A Freguesia da Trafaria, o Concelho de Almada, e os Bombeiros de Portugal estão mais pobres pela perda deste seu par, pelo que a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 28 de junho de 2012 homenageia e exalta a vida e os valores do Cidadão Manuel Diniz Branquinho, manifesta profundo pesar e apresenta solidárias condolências à Liga dos Bombeiros Portugueses, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria e à Família enlutada.”

7.2.4 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos.

7.2.4.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Arlindo Matos de Almeida, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Armando Barata, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Ricardo de Almeida, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Armando Barata, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Portas, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Bombeiro Manuel Branquinho, apresentado pela Mesa da Assembleia Municipal, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Sérgio Bastos (apresentando Moção/Deliberação sobre A rua da Bela Vista); Ricardo Louça (apresentando Moção/Deliberação sobre Situação de Segurança em Almada); Teresa Paula Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre encerramento dos CNO); Fernando Mendes (apresentando Moção/Deliberação sobre A situação das Associações e Bombeiros de Portugal); Carlos Leal (apresentando Moção/Deliberação sobre Situação dos Pescadores de Cacilhas); António Salgueiro (apresentando Moção/Deliberação Reformar para melhor servir a população); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação De solidariedade com os trabalhadores, em defesa dos postos de trabalho na ENSULMECI; Moção/Deliberação Em defesa do Metro Sul do Tejo e Moção/Deliberação sobre Defesa do SNS, pela manutenção das urgências polivalentes no HGO, bem como pela reposição de todas as especialidades e valências); Henrique Pires (apresentando Moção/Deliberação Em defesa dos postos de trabalho da ENSULMECI); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Queremos o MST na Costa da Caparica); Manuel Braga (apresentado Moção/Deliberação sobre Retenção de 5% do IMI); António Maco (apresentado Projeto de Recomendação sobre Cantinas como reforço social; Moção/Deliberação sobre Atribuição de Medalha da Cidade a Infanta D. Maria Adelaide e Moção/Saudação aos Atletas); Francisco Guerreiro (apresentando Moção/Deliberação sobre O Plano Estratégico da Costa da Caparica, o Polis e a necessária Reprogramação 2012 da Intervenção; José Joaquim Leitão; Domingos Almeida Lima; Fernando Pena; Luísa Ramos; Manuel Braga; António Neves;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almeida Lima; José Joaquim Leitão; Luís Filipe Pereira; a Sr.^a Vereador Amélia Pardal e a Sr.^a Presidente da Câmara.

7.3.1 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Rua da Bela Vista, sita na Freguesia da Charneca de Caparica, tem o seu início na Estrada Nacional 377, junto ao Clube Recreativo Charnequense, passa por cima da A33 segue, junto Escola de Vale Rosal, atravessa Vale Fetal e termina em Vale de Figueira junto às instalações da Câmara Municipal.

Todo o seu percurso, com uma outra pequena exceção, está em muito mau estado, diremos mesmo degradado, carecendo de uma intervenção urgente.

O Partido Socialista, nesta Assembleia, por várias vezes, tem alertado para esta situação tendo a Câmara ignorado esses alertas, mantendo intocável a situação, numa manifestação de desprezo para com os que dela se servem, diariamente, assim como para aqueles que junto da mesma, residem.

Mas, a situação não menos crítica, situa-se entre a Quinta Nova e a Escola de Vale Rosal num espaço que não tem mais de cinquenta metros, onde é patente, quotidianamente, o perigo dos peões, o mesmo é dizer os alunos que frequentam a Escola em causa.

Também sobre este assunto, com elevado carácter de perigosidade para os que não tendo outra alternativa, têm de utilizar esta via, o Partido Socialista por várias vezes, alertou a Câmara Municipal para esse mesmo perigo que tal artéria constitui para os seus utilizadores.

A esses alertas, a Câmara fez ouvidos de mercador, como é seu hábito, ignorando e desprezando a segurança dos jovens maioritariamente frequentadores do percurso em questão.

O Partido Socialista só entende este comportamento da Câmara Municipal de Almada porque ela não tem uma política coerente no concelho no que toca ao melhoramento das vias, facto, onde a manifesta a falta de rigor não pode deixar de merecer a devida e oportuna crítica desta Assembleia Municipal.

Assim, propõe-se a esta Assembleia a seguinte deliberação:

- 1- Considerando o que atrás fica dito, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Almada aos 28 de junho de 2012, decide censurar a Câmara Municipal pelo facto de descurar os interesses dos utilizadores da via acima referida e a segurança dos peões que nela circulam.
- 2- Que o texto desta moção seja publicado no próximo boletim municipal.”

7.3.2 – O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Considerando os dados públicos mais recentes, relativamente à criminalidade registada que apontam para uma descida dos valores da criminalidade geral e para um crescimento, ainda que ligeiro da criminalidade violenta no Concelho de Almada;

Considerando que aquela realidade observada no quotidiano da vida dos Almadenses se traduz por um crescimento do sentimento de insegurança que afecta de forma negativa o bem-estar, o conforto e a qualidade de vida dos cidadãos;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando as sucessivas tomadas de posição assumidas no seio do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e as Deliberações adoptadas pela Assembleia Municipal de Almada nesta matéria, apontando todas elas inequivocamente no sentido da necessidade de reforço dos meios humanos e equipamentos das forças de segurança no Concelho de Almada, de modo a promover uma intervenção de proximidade capaz de assumir um combate ativo e não meramente reativo aos fenómenos de violência e criminalidade que vão ocorrendo no território do nosso Município;

Considerando os contactos recentes mantidos pela Câmara Municipal de Almada junto do Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo, no quadro do início do exercício de funções por parte daquele governante e tendo como objectivo a concretização dos investimentos em matéria de reforço das forças de segurança no Concelho de Almada, desde há muito previstos, com particular destaque para a necessidade de concretização de um quartel da Guarda Nacional Republicana na área do ex-Plano Integrado de Almada, atualmente a zona de Almada Poente, onde se encontra em curso um importante e significativo investimento de qualificação urbana por parte do Município e do Estado;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Junho de 2012 delibera:

1. Reiterar a absoluta necessidade de ser garantido o reforço em geral da capacidade de intervenção ativa das forças de segurança no Concelho de Almada, designadamente através do aumento do número de efetivos policiais e dos meios operacionais, nomeadamente do parque de viaturas, como forma de combate eficaz aos fenómenos de violência e criminalidade no território municipal, privilegiando pela vigilância de proximidade a sua prevenção em detrimento da repressão, assim contribuindo para a redução do sentimento de insegurança dos cidadãos;
2. Sublinhar em particular a necessidade de instalação de uma unidade operacional da Guarda Nacional Republicana na área de Almada Poente, conforme previsto desde há longo tempo nos diversos planos do Ministério da Administração Interna até ao momento por concretizar.”

7.3.3 – A Sr.^a Deputada Municipal Teresa Paula Coelho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Tem o Conselho Municipal de Educação o objectivo de promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a ação de vários agentes educativos e dos parceiros sociais, cabendo-lhe acompanhar a Carta Educativa, instrumento de ordenamento da rede educativa, que prevê as necessidades da rede escolar. Tendo sido colocada ao representante do Governo/DREL, em reunião deste órgão, a necessidade do aprofundamento da análise da situação criada com o encerramento dos Centros de Novas Oportunidades (CNO) do Concelho de Almada, implicando a suspensão da medida, foi o facto consumado abruptamente e sem diálogo. Assim, no contexto da extinção massiva que vem ocorrendo nos últimos meses, encontram-se encerrados os Centros instalados nas escolas secundárias de Cacilhas e do Monte de Caparica e, a partir de 31 de Agosto, o da Escola Secundária Anselmo de Andrade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Iniciativa Novas Oportunidades (INO) foi criada em 2005, com o objectivo explícito de “qualificação da população portuguesa, para o crescimento económico, política de emprego e formação profissional”, sendo o nível secundário o objectivo de referência, a garantir o ensino profissionalizante e a elevação da formação de base dos ativos, constituindo-se em patamar de oportunidade para jovens e adultos e em componente de escolarização geral da população portuguesa ao nível do secundário.

A INO permitiu a formação e certificação de competências e saberes a milhares de jovens e adultos, em experiências de regresso à escola, valorização de competências adquiridas ao longo da vida e novos módulos de formação qualificante. Foi criada uma extensa rede de CNO, que contam com profissionais experientes e saberes acumulados numa modalidade de ensino com especificidades muito próprias.

É inquestionável (consensual, pelo menos em tese) que a educação e formação de adultos e jovens em segunda oportunidade constituem um eixo estruturante de uma política educativa que acresce a qualificação dos portugueses, quer como direito universal dos cidadãos, quer como componente imprescindível ao desenvolvimento económico do país.

A INO a nível nacional não constituiu um programa isento de erros na sua implementação. Em muitas situações houve falta de rigor, cavou-se um fosso visível entre a certificação e a qualificação. Questões devem relevar-se sobre o modelo de financiamento fortemente dependente dos fundos comunitários, para garantir o direito à formação destes jovens e adultos, a precariedade dos vínculos dos trabalhadores contratados ou a estruturação da rede CNO. Desde logo, nunca se justificaram os excessos propagandísticos ou os abusos de aproveitamento político do anterior governo. Trata-se, pois, de um programa que exige uma avaliação séria e rigorosa, corretora dos aspectos negativos, reestruturação e adequado financiamento público que viabilize o cumprimento cabal da sua missão.

O atual governo, em Julho de 2011, autorizou as escolas públicas a garantir a contratação de técnicos, vindo a meio do ano lectivo dizer que não haveria dinheiro para lhes pagar. Entretanto, após suspender o início de novos cursos, gora as expectativas de milhares de formandos inscritos ou a frequentar ações. Uma avaliação encomendada, muito pouco transparente, da qual nem formandos, nem formadores, nem mesmo os CNO, tiveram qualquer conhecimento ou foram sequer ouvidos no processo, serviu de autojustificação para os encerramentos imediatos, por motivos exclusivamente economicistas e muito pouco sérios no que respeita aos interesses da educação, da qualificação profissional e do trabalho e expectativas de todas as pessoas envolvidas.

O desmantelamento selvagem e abrupto da rede de CNO, sem diálogo, explicação ou alternativa perceptível tem consequências extremamente gravosas: cessam contratos com centenas de docentes e formadores, gerando-se uma situação de agravamento significativo de desemprego em profissionais necessários ao prosseguimento dos processos de educação e formação. Sem fundamentação legal ou política, numa orientação exclusivamente determinada pelas piores razões, que comprometem ou proíbem o desenvolvimento futuro, sem haver sequer uma explicação aos formandos, são frustradas as suas legitimadas expectativas enquanto trabalhadores e cidadãos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Questões muito sérias exigem resposta urgente: porquê um encerramento massivo, criando vazios e hiatos; que alterações ou alternativas a partir de Setembro; aumentando significativamente o número de candidatos, que resposta será dada a este potencial de desenvolvimento de qualificações; para quando uma avaliação séria, que suporte as alternativas e respostas necessárias; qual o futuro da educação e formação de adultos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Junho de 2012:

1. Manifesta o seu repúdio pelo encerramento compulsivo dos CNO, destruindo um processo em curso, sem diálogo, sem avaliação séria, sem explicação e sem alternativa perceptível e afirma a necessidade da suspensão desse encerramento, designadamente dos que existem nas escolas públicas, como é o caso dos de Almada.
2. Considera a necessidade urgente de uma avaliação séria, rigorosa e participada do programa das Novas Oportunidades, reestruturando, reorganizando e assumindo o financiamento público adequado para a resposta às exigências de desenvolvimento do país e interesses e expectativas de profissionalização e formação pessoal dos formandos envolvidos.
3. Considera a necessidade de respeitar a relação laboral com docentes e outros técnicos, nomeadamente no que respeita à celebração, cessação, caducidade e rescisão dos contratos de trabalho e respectivas indemnizações.
4. Reafirma a importância estratégica da educação e formação de adultos ao longo da vida, como garante dos direitos de cidadania e componente fundamental do desenvolvimento económico do país, a curto, médio e longo prazo.”

7.3.4 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, do Distrito e do País, vivem hoje dias de angústia, face às políticas que têm vindo a ser implementadas pelo atual Governo.

O que se passa no transporte de doentes, nas urgências, é o espelho de como o que importa neste País é cortar, esquecendo-se o direito daqueles que precisam da ajuda dos Bombeiros, e que toda a sua vida descontaram para a segurança social.

As Associações de Bombeiros que ao longo dos anos foram incentivadas pelos vários Governos a equiparem-se para o transporte de doentes, vêem-se agora a braços com uma redução de serviços de 30% nos hospitais e 10% nos Centros de Saúde, o que reduz drasticamente as suas receitas e vai obrigar provavelmente a prescindir de pessoal.

No nosso Concelho dando como exemplo os Bombeiros de Cacilhas, o valor das receitas do 1.º Trimestre de 2012 são inferiores relativamente a 2011 em sessenta mil euros, sendo esta baixa assustadora das receitas extensiva aos Bombeiros de Almada e Trafaria.

No meio deste mar de dificuldades por que passam os Bombeiros Portugueses, encontramos-nos em plena época de fogos florestais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A fase bravo que se inicia no dia 1 de Julho começa com mais área ardida a nível nacional em relação a período homólogo nos últimos 10 anos, existindo apenas registo na Autoridade Florestal Nacional desde 2002.

O último recurso estatístico provisório indica que entre 1 de Janeiro e o dia 30 de Abril, se verificaram no País 10.160 ignições, área de quatro vezes mais do que no mesmo período em 2011, quando deflagraram 2830. O relatório da Autoridade Florestal Nacional refere que deflagraram sobretudo em Fevereiro (4.093) e Março (4668), tendo sido consumidos 33.018 hectares de floresta cinco vezes mais em igual período do ano anterior.

No Concelho de Almada, a Câmara Municipal tem definida há muitos anos a sua política de apoio aos bombeiros, apoio financeiro para um piquete permanente de 24 homens no conjunto das três corporações, pagamento dos seguros do pessoal e viaturas.

Foi também definido em plano de renovação da frota ao longo de vários anos que atingiu o valor de dois milhões e cem mil euros.

Esta política pioneira de apoio aos bombeiros foi neste mês de junho de 2012 reconhecida pela Liga dos Bombeiros Portugueses no Dia Nacional do Bombeiro, tendo distinguido o Município de Almada, como um dos que a nível nacional mais apoia os seus bombeiros.

Sabemos porque conhecemos que os bombeiros do concelho de Almada integrados nas suas estruturas representativas, Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal e Liga dos Bombeiros Portugueses, tudo farão para que o atual estado de coisas se altere, certos que este é um caminho que rejeitam e que tudo vão fazer para alterar, porque têm consciência que a falta de apoio do Governo às Associações de Bombeiros Voluntários, colocam em causa a prestação do socorros aos cidadãos, o transporte de doentes, o combate a incêndios, a segurança de pessoas e bens.

Com as medidas que têm vindo a ser tomadas o voluntariado começa a estar em causa.

Compete-nos a todos nós não permitir que tal aconteça e sabemos porque conhecemos que os bombeiros do nosso concelho estão e estarão na primeira linha deste combate.

Pelo atrás exposto:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de Junho de 2012, decide:

- 1.º - Apoiar as Associações de Bombeiros do Concelho de Almada na luta que desenvolvem para uma alteração profunda das políticas nacionais que têm vindo a ser implementadas e que muito os penaliza;
- 2.º - Saudar e desejar, que o Congresso Extraordinário convocado pela Liga dos Bombeiros Portugueses para o dia 21 de Julho nas Caldas da Rainha, onde vão ser discutidas matérias que afectam profundamente a vida dos Bombeiros Portugueses e das suas Associações, seja um êxito, na certeza que os beneficiários serão sempre os cidadãos portugueses.
- 3º - Manifestar às Associações e Corpos de Bombeiros de Almada Cacilhas e Trafaria, aos seus Dirigentes e Colaboradores, aos Comandos e demais Soldados da Paz, o reconhecimento e a gratidão pelos seus empenhos e desempenhos na nobre missão de salvar vidas e bens.”

7.3.5 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal (CDU):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Considerando:

1. A existência de um grupo de cerca de 50 pescadores que, ao longo de aproximadamente 15 anos têm vindo a desenvolver atividade ligada à pesca, utilizando para o efeito os armazéns da Petrogal, devidamente autorizados pela citada empresa.
2. A venda das citadas instalações a um novo proprietário, impediu que as mesmas continuassem a ser utilizadas pelos pescadores para recolha das embarcações e aparelhagem ligada à sua atividade piscatória, com todas as implicações económicas e sociais para o grupo e seus agregados familiares.
3. Diversos contatos institucionais que o grupo de pescadores e o sindicato respetivo desenvolveram junto da C.M.A., APL, Empresa “Baía Tejo” e do Sr. Secretário de Estado do Mar, identificam uma solução possível para o problema, que permita aos pescadores a retoma da sua atividade.
4. Tal solução passaria pela colocação de uma plataforma flutuante de acostagem na zona da Mutela.
5. Que tal solução, a ser desenvolvida pela APL, só poderá avançar com a intervenção da Empresa “Baía Tejo” desde que a posse do citado terreno passasse do ex-Fundo Margueira para a empresa em referência.
6. Tal situação se tem vindo a arrastar, com a conseqüente degradação económica daqueles profissionais e suas famílias, levou à realização de uma Tribuna Pública em Cacilhas, denunciando a situação e exigindo rápida solução.

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Almada delibera favoravelmente:

1. Manifestar a sua solidariedade com os pescadores de Cacilhas e com a luta que vêm desenvolvendo no sentido de regressarem à sua atividade profissional, importante para o seu sustento económico e de suas famílias.
2. Exigir ao Governo, mais concretamente ao Ministro que tutela nesta área de intervenção, para que intervenha junto da Empresa “Baía Tejo” no sentido de assegurar a jurisdição e gestão dos terrenos atualmente ainda na posse do ex-Fundo Margueira.
3. Exigir à APL que assegure a implantação da Plataforma flutuante bem como a melhoria dos acessos à mesma, a fim de ser assegurada a retoma da atividade piscatória.”

7.3.6 – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foi publicada no passado dia 30 de Maio, com entrada em vigor no dia 31, a Lei nº 22/2012, aprovada pela Assembleia da República, e que aprova o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

Tal Lei veio estabelecer os objetivos, bem como os princípios e parâmetros dessa reorganização e define e enquadra quais os termos de participação das autarquias em todo o processo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

De entre os principais objetivos destacam-se:

- a) a promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local;
- b) o alargamento das atribuições, competências e os recursos das freguesias;
- c) o desenvolvimento das aptidões e capacidade de intervenção das juntas de freguesia;
- d) a melhoria dos serviços de proximidade prestados pelas freguesias;
- e) a promoção de ganhos de escala, de eficiência e de massa crítica nas autarquias;
- f) e a reestruturação, através de agregação, de um grande número de freguesias em todo o País, especialmente nas áreas urbanas.

Nesse sentido, o Partido Social Democrata, apresenta a presente Moção, que vem apelar às Assembleias de Freguesia que se pronunciem nos termos da Lei, documento onde propomos a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, com o intuito desta se pronunciar sobre o modelo de agregação a adotar e também a criação de um Grupo de Trabalho, composto por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia e cujo objetivo será o de apresentar uma proposta de reorganização territorial para o Concelho de Almada.

Quero lembrar aqui, que esta é uma parte importante da reforma estratégica para o futuro de Portugal e que se enquadra nos 4 eixos que são as atividades empresariais locais, a reorganização do território, a cooperação intermunicipal e o financiamento e ainda o sistema de Governo Local.

Quero também referir e desfazer algumas ideias transviadas com que alguns têm procurado lograr os municípios.

A Lei ora aprovada não pretende extinguir freguesias, quer sim agregá-las. Pretende diminuir sim, o número de órgãos políticos e mudar o formato como o território se encontra organizado e que permitirá que o País seja munido de freguesias com maior dimensão, mais fortes e dinâmicas e que ficarão habilitadas com melhores meios para uma superior prestação de serviços de proximidade. Dará igualmente, mais poderes aos Presidentes de Junta. As atuais instalações não fecharão, manter-se-ão sim ao serviço das populações.

É por isso que dizemos, que esta nova Lei, não se destina a enfraquecer o Poder Local, bem pelo contrário, é criar melhores condições para que este se reforce e que tenha um papel preponderante no desenvolvimento das comunidades rurais e urbanas.

Assim se apresenta o seguinte:

Moção

Reformar para melhor servir a população

As medidas para a reforma da administração local têm como principal objetivo uma maior racionalização na gestão territorial, permitindo uma melhoria dos serviços públicos com menos dinheiro, respondendo a uma exigência cada vez maior por parte dos cidadãos.

A racionalização do número de autarquias locais não visa uma redução da despesa pública a elas afeta, mas antes a libertação de recursos financeiros que serão colocados ao serviço dos cidadãos, aliada a uma gestão de todo o património agregado, respeitadora do princípio da boa administração,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nomeadamente dos edifícios sede, a qual deverá continuar a contribuir para a melhoria qualitativa da relação entre a autarquia, e seus representantes, e as populações.

No que especificamente respeita às alterações a introduzir, importa salientar a preocupação de salvaguardar aqueles serviços públicos que, pela sua imprescindibilidade e sustentabilidade, deverão continuar a ser prestados às populações locais das freguesias agregadas.

Tal preocupação implica por isso, a necessidade de manter a proximidade da nova freguesia em relação às populações mais distantes. Deste modo, assegurar-se-á não só a continuidade do trabalho no âmbito da ação social, prestado até então pelas freguesias, sobretudo nos meios rurais, mas também a possibilidade da representatividade das freguesias agregadas, através da participação do conselho de freguesia no desenvolvimento de atividades de cariz social e solidário.

Adicionalmente, a agregação de freguesias passa a envolver uma majoração de 15% da participação no Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF), até ao final do mandato seguinte à agregação. A pronúncia da Assembleia Municipal deve ser entregue à Assembleia da República, no prazo máximo de 90 dias, a contar da entrada em vigor da presente lei, acompanhada, quando emitidos, dos pareceres das assembleias de freguesia, sendo a data limite a 14 de Outubro de 2012.

A Assembleia Municipal deve pronunciar-se sobre a agregação de freguesias, sob o risco da proposta de decisão caber a uma Comissão Técnica, designada pela Assembleia da República, conforme dispõe o art.º 14º n.º 1 alínea b) da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Caso essa proposta não surja da Assembleia Municipal, as freguesias a serem criadas perdem a majoração de 15%.

Uma vez que neste momento já está em vigor o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, a Assembleia Municipal pode, e deve, pronunciar-se, sob pena de serem outros a decidirem sobre a reorganização administrativa territorial do nosso concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de Junho de 2012, delibera:

1. Solicitar às Assembleias de Freguesias do Concelho a pronúncia prevista no art.º 11º n.º 4 da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio;
2. Realizar uma Assembleia Extraordinária subordinada à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, no sentido de existir uma pronúncia sobre o modelo de agregação a defender para as freguesias do concelho, no cumprimento da lei e dos interesses do concelho.
3. A criação de um Grupo de Trabalho, composto por todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, com o objetivo de apresentar uma proposta de reorganização territorial para o concelho.”

7.3.7 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

- a) Moção/Deliberação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A empresa ENSULMECI, empresa de construção civil sediada no concelho de Almada, na freguesia da Caparica, chegou a ter nos seus quadros mais de 3000 trabalhadores. Hoje sobram pouco menos de 500 trabalhadores, a quem a administração não pagou os salários de Março, Abril e Maio, a que acrescem os subsídios de refeição de Fevereiro a Maio.

Esta empresa do sector da construção civil, poderia ser apenas mais uma empresa do concelho de Almada vítima das políticas de desinvestimento e de destruição do aparelho produtivo. A realidade porém é bem mais grave. A ENSULMECI, ou melhor, os trabalhadores da ENSULMECI, estão a ser vítimas de um processo de descapitalização da empresa que visa promover o despedimento de centenas de trabalhadores e a concentração de activos noutras empresas do grupo.

Ao contrário do que querem fazer crer a ENSULMECI é uma empresa que detém obras em carteira. É uma empresa com trabalhadores altamente especializados. É uma empresa com activos importantes. A Administração da ENSULMECI pretende, livrar-se de centenas de trabalhadores, muitos deles com dezenas de anos de casa, para poder assim aumentar ainda mais os seus lucros e a exploração.

Assim se entende que, nos últimos anos, a administração da ENSULMECI tenha promovido o desinvestimento na empresa, e deslocalizado máquinas e pessoal para outras empresas do grupo, em Portugal e no estrangeiro. Diversas obras ficaram a meio porque a administração desistiu de investir em máquinas e pessoal. Foi assim nas empreitadas que a empresa tinha em curso para a REN, a REFER, os SMAS de Almada, ou a Lisboaagás.

Perante esta situação respondem os trabalhadores na defesa dos seus direitos. Apoiados pelo movimento sindical unitário de classe, através do Sindicato da Construção Civil do Sul e Ilhas, do SITE, do SIESE e do CESP, os trabalhadores organizam-se e resistem, e desde o passado dia 17 de Maio estiveram em piquetes para a defesa das instalações, assegurando-se assim que não é retirado mais material, mais património, de dentro das instalações.

Os trabalhadores organizam-se e resistem, procurando junto da administração as respostas que lhes foram negadas, nomeadamente o porquê de uma empresa com várias obras em curso estar a ser desmantelada e destruída.

Os trabalhadores organizam-se e resistem, mesmo quando se apercebem que a administração procedeu, de forma directa ou indirecta, ao pagamento dos salários a alguns trabalhadores e, noutros casos, contratou trabalhadores da ENSULMECI que tinham suspenso o seu contrato, para outras empresas do grupo, para desempenharem as mesmas funções que anteriormente exerciam.

A administração discrimina os trabalhadores, de forma ilegal, visando dividir os trabalhadores e atacar a sua unidade.

Situações que ocorrem ao mesmo tempo que o país se afunda numa das maiores recessões da sua história, em consequência do pacto de agressão dirigido ao país e aos trabalhadores. Entretanto, o Governo PSD/CDS só encontra respostas que vão no sentido do ataque aos direitos dos trabalhadores, promovendo a exploração, a precariedade, os despedimentos, através de alterações à legislação laboral, contando nomeadamente com a cumplicidade do Presidente da República.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim,

Considerando que estão em causa centenas de postos de trabalho, a sobrevivência de centenas de famílias, devido à acção ilegal e potencialmente criminosa da administração, que atenta contra os direitos dos trabalhadores na promoção da exploração e do lucro;

Considerando que o que se passa na ENSULMECI é uma acção de auto-sabotagem financeira, promovida pela administração do grupo;

Considerando que a situação da ENSULMECI é indissociável dos mecanismos de exploração típicos do capital: A vertigem do lucro; a promoção da exploração desenfreada; a desvalorização da condição humana de centenas de trabalhadores por oposição à valorização dos interesses de uma classe privilegiada;

A Assembleia Municipal de Almada, realizada a 28 de Junho de 2012, delibera:

1. Afirmar publicamente a sua solidariedade e apoio à luta dos trabalhadores da ENSULMECI;
2. Repudiar as acções da administração da ENSULMECI e responsabilizá-la publicamente pela destruição de 500 postos de trabalho;
3. Rejeitar as políticas de ataque aos direitos dos trabalhadores que têm sido seguidas pelos sucessivos Governos, em favor do patronato e dos grandes grupos económicos.”

b) Moção/Deliberação

O Metro Sul do Tejo é um projeto estruturante para o desenvolvimento local e regional, um meio de transporte colectivo moderno, amigo do ambiente, fundamental para a diversificação da mobilidade das populações.

Cada vez mais se constata a necessidade de se promover a qualidade dos transportes públicos nas várias vertentes, quantidade, regularidade e preços, para a sua atratividade.

As políticas de cortes nas carreiras, aumentos insuportáveis dos preços dos passes sociais e bilhetes para os utentes, têm afastado milhares de utentes dos transportes públicos.

É, pois, preocupante que no chamado Plano Estratégico para o Sector dos Transportes, PET, já publicado no Diário da República se considere a possibilidade de, no âmbito da renegociação do contrato de concessão com a Empresa MTS, se elimine a linha 2 Corroios/Pragal do Metro Sul do Tejo, bem como se diminua drasticamente as frequências atualmente existentes nas outras linhas.

Acresce que caso se concretizem tais intenções, para além de prejudicar os utentes, comprometem seriamente os postos de trabalho dos trabalhadores do metro, o que significa despedimentos.

Considerando que o estudo de viabilidade técnica e económico elaborado pela Universidade Técnica de Lisboa da rede de metropolitano ligeiro na margem sul tem como Rede Base os Concelhos de Almada, Seixal, Barreiro/Lavradio incorporado no contrato de concessão, é importante que o Governo, no processo de renegociação com o operador, assumam aprofundar os estudos, para que tão breve quanto possível, se inicie as obras das outras fases de expansão do metro.

Igualmente se considera necessário, tal como consta do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Programa Polis para a Costa de Caparica, aprovado pelo Governo e Município de Almada a extensão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do metro à Costa da Caparica, via Trafaria.

Também deverá ser ponderada a oportunidade de, com base em estudos de viabilidade económica e necessidades sociais, o alargamento futuro da rede a outras áreas do Concelho, nomeadamente, à Charneca de Caparica/Sobreda.

Defender a viabilidade dos transportes públicos e diminuir os encargos do Estado obriga a alterar o caminho dos cortes da oferta e dos preços incomportáveis.

Os elevados recursos públicos investidos neste importante e estratégico meio de transporte têm de ser defendidos e potenciados, o que passa, também, pelo aumento da oferta, pela inclusão do passe social, sem custos adicionais para os utentes.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2012 delibera recomendar ao Governo, que no âmbito da renegociação do contrato de concessão,

- a) Não concretize o encerramento da linha 2 Corroios/Pragal do Metro Sul do Tejo;
- b) Não proceda à diminuição da oferta, através de cortes nas frequências;
- c) Introduza o passe social intermodal, sem custos adicionais para os utentes;
- d) Inicie os estudos, para que logo que possível se cumpra a construção das fases 2 e 3 da expansão do Metro até ao Barreiro/Lavradio;
- e) Inicie o estudo de viabilidade económica e necessidade social da extensão do metro à Costa da Caparica via Trafaria

- A Assembleia Municipal de Almada manifesta a sua solidariedade com as lutas dos trabalhadores do metro na defesa dos seus salários e postos de trabalho.”

c) Moção/Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada tem, ao longo dos vários mandatos e em diferentes sessões, tomado posições, através de moções, deliberações e intervenções dos eleitos, contra as políticas seguidas pelos sucessivos governos e responsáveis pela área de saúde que põem em risco o SNS, tal como está previsto na Constituição da República Portuguesa.

O Relatório da Primavera 2012 elaborado pelo Observatório Português dos Sistemas de Saúde, parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública e o Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra e a Universidade de Évora, confirma o que várias e diferentes organizações da sociedade têm denunciado sobre a destruição do SNS. Com efeito, por causa, nomeadamente, dos cortes nos orçamentos para saúde e da lei dos compromissos, existem, e cito, “ situações de racionamento” nos serviços de saúde.

É neste contexto que devem ser entendidas as declarações recentes do Secretário de Estado adjunto da Saúde da prestação de serviços mínimos no SNS, “ onde só ficam os cuidados essenciais e de eficácia comprovada” ou seja, uma espécie de serviços mínimos de saúde para os pobres; ou ainda a intenção de encerrar, ou desclassificar o serviço de urgências do HGO, no âmbito da proposta de Reforma Hospitalar na Região da Grande Lisboa.

Despromover o Serviço de Urgências do HGO, isto é, deixar de ser um Serviço Polivalente, tem como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

consequência retirar especialidades fundamentais, como por exemplo a neurocirurgia, que por ser o único hospital em toda a margem sul do Tejo com este serviço, deixaria de poder receber e tratar, não só, os utentes da área do hospital, mas igualmente todos os que são encaminhados de vários hospitais. Igualmente os ataques aos direitos dos profissionais da saúde, sobretudo os mais recentes que visam destruir as carreiras dos médicos são mais uma peça para a diminuição da qualidade dos serviços. Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária de 28 de Junho de 2012 delibera:

- a) Reafirmar a necessidade de continuar a defender o SNS, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, universal, geral e tendencialmente gratuito;
- b) Defender o HGO como Hospital Central de Referência a sul do Tejo;
- c) Exigir do governo a não concretização das propostas que visem encerrar ou despromover o serviço de urgências polivalentes do HGO;
- d) Apoiar e solidarizar-se com as lutas dos profissionais de saúde, designadamente, com a greve marcada para os dias 11 e 12 de Julho pelas organizações sindicais dos médicos, que conta com o apoio da Ordem dos Médicos.”

7.3.8 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Pires (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

A Ensul Meci, uma importante empresa sediada no Monte da Caparica, atravessa momentos difíceis e, desde março que não paga os salários a cerca de 500 trabalhadores, bem como os subsídios de alimentação, desde fevereiro. Entretanto, a sua administração demitiu-se.

Foi já entregue um pedido de insolvência por parte de um dos credores, que exige o pagamento de uma dívida de cerca de 300 mil euros. E outros credores começaram também a reclamar o pagamento das dívidas. O administrador da insolvência foi nomeado em meados de junho, e aguarda-se agora a decisão deste sobre o futuro da empresa: plano de viabilidade ou insolvência.

Os trabalhadores têm vindo a reclamar o pagamento dos salários em atraso, ao mesmo tempo que montaram uma vigília à porta da empresa, desde finais de maio, de modo a impedir que retirem das instalações o material indispensável à manutenção dos seus postos de trabalho, ou ao pagamento das indemnizações que lhe são devidas em caso de insolvência.

A Ensul Meci é uma empresa que realiza trabalhos de construção altamente especializados, como é o caso da instalação de fibra óptica, gás e mini-hídricas. Num momento em que o desemprego atinge mais de 1 milhão de pessoas em Portugal, é necessário que não se percam postos de trabalho tão qualificados e especializados como os que encontramos nesta empresa.

A proposta apresentada pelo fundo Vallis, fundo de investimento destinado ao sector da construção, não obteve o parecer favorável dos bancos financiadores. E não havendo acordo para o pagamento aos credores, o desfecho mais provável é o da insolvência, com claro prejuízo para estes trabalhadores e suas famílias, no quadro de uma política recessiva e de desvalorização do trabalho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Refira-se que, neste momento, já há trabalhadores que não conseguem assegurar os seus compromissos, como empréstimos, pagamento da água ou luz, tendo muitos deles sido forçados a suspender e/ou rescindir os seus contratos de trabalho.

De acordo com os próprios trabalhadores a “empresa tem viabilidade (...) precisando apenas de financiamento e uma gestão mais eficiente” (Comunicado dos trabalhadores da Ensul Meci, 06/06/2012). Para além de muitas obras em curso, sabe-se que a Ensul ganhou vários concursos que nunca passaram à fase de execução, por falta de investimento, “fruto de uma estratégia de descapitalização da empresa no Monte de Caparica, para investimentos de empresas do grupo em França e Timor-Leste” (Resolução de Concentração dos Trabalhadores da Ensul Meci, 06/06/2012).

Aquilo que os trabalhadores reclamam é a intervenção do Ministério de Economia e Emprego de modo a garantir o processo de viabilização, assim como a regularização dos salários e subsídios em atraso.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de junho de 2012 delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores da Ensul Meci pelo pagamento dos salários em atraso e pela manutenção dos seus postos de trabalho.
2. Apoiar todos os esforços que visem evitar a insolvência da empresa e garantir a viabilidade da Ensul Meci.
3. Reclamar do Ministério da Economia e Emprego um empenho efetivo na resolução deste problema.”

7.3.9 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Um dos objectivos do projeto do Metro Sul do Tejo era a instalação nos Concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita, de uma rede de Metropolitano moderna e atrativa.

Vai ficando distante esta boa ideia de permitir uma grande mobilidade e interação entre estes 4 Concelhos, seria certamente uma oportunidade para o desenvolvimento económico tão desejado e absolutamente necessário.

Recentemente o MST foi notícia porque:

“O técnico em parcerias público-privadas do Ministério das Finanças Vítor Almeida afirmou que o contrato de concessão do Metro Sul do Tejo está em renegociação, *o que contraria uma informação enviada pelo Governo à comissão de inquérito*”.

Vítor Almeida, que foi ouvido durante mais de cinco horas na comissão de inquérito às parcerias público-privadas (PPP) rodoviárias e ferroviárias, afirmou, que está a decorrer uma renegociação do contrato do Metro Sul do Tejo, que opera nos concelhos de Almada e Seixal.

Numa resposta enviada à comissão parlamentar de inquérito, o Governo afirma que as PPP que atualmente se encontram em processo de revisão incluem as concessões ex-SCUT (vias sem custo para o utilizador), Norte, Grande Lisboa, Lusoponte, Litoral Centro, Douro Litoral, Túnel do Marão e as subconcessões da Estradas de Portugal (EP).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada tem que saber se a concessão do Metro Sul do Tejo está ou não em processo de renegociação e qual é o significado desta renegociação.

Não podemos assistir impávidos e serenos ao passar do tempo sem que o MST tenha novos prolongamentos, nomeadamente até à Costa da Caparica e Trafaria.

Não nos parece correto colocar a questão da “fraca afluência” ao MST como desculpa para não avançar com novos prolongamentos; no caso o prolongamento à Costa da Caparica é uma real alternativa a dezenas de milhares de utentes das Praias da Costa.

Estamos convictos de que o MST na medida que se for aproximando do projeto inicial será um todo e não apenas uma parte e afirmar-se-á como uma verdadeira alternativa de melhoramento das condições de mobilidade das populações através de um meio de transporte acessível, rápido, eficaz e amigo do ambiente, unindo entre si os concelhos do de Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

Reivindicando desde já, o prolongamento em Almada do MST à Costa da Caparica.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de Junho de 2012 delibera:

- 1- Reclamar o entendimento entre os operadores de transportes da margem sul do Tejo, para que se crie um sistema integrado de transportes, como forma de atrair mais passageiros para o MST
- 2- Reclamar a inclusão do MST no passe intermodal
- 3- Exortar as entidades responsáveis para que seja concretizado o prolongamento do MST à Costa da Caparica.”

7.3.10 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Considerando que:

- 8 A Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril vem privar os municípios de 5% da colecta de IMI no ano de 2012 (reportado ao ano de 2011);
- 9 Tal retenção é arbitrária e não reflete os reais custos que a reavaliação dos prédios urbanos tem em cada concelho, criando desigualdades entre os Municípios quanto aos custos que cada um de facto implica;
- 10 A reavaliação dos prédios urbanos, para efeitos de IMI (apesar de prevista desde o Decreto-Lei 287/2003, de 12 de novembro), foi implementada de forma atabalhoada e pouco credível, por obrigação do memorando de entendimento entre o Governo e a Troika CE/BCE/FMI, para o qual os Municípios não contribuíram e ao qual não se vincularam;
- 11 Se exige cada vez mais às autarquias (em virtude do poder central se demitir unilateralmente das suas funções de Estado), colocando simultaneamente cada vez maiores restrições ao respetivo financiamento;
- 12 Muitos municípios atravessam grandes dificuldades financeiras, sendo que é à administração fiscal que compete fazer a reavaliação do valor patrimonial dos imóveis ainda não avaliados no âmbito do CIMI;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

13 O regime de finanças locais é da reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República, nos termos do artigo 165.º, n.º 1, alínea q) da Constituição da República Portuguesa, e consequentemente objeto de reserva de lei;

14 Apesar da Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril, se fundar em competência regulamentar estabelecida no artigo 15.º-M do Código do IMI, tal se traduz numa inadmissível determinação de matéria que deveria ser definida por lei, e não por regulamento, pondo em crise o artigo 112.º, n.º 5 da Constituição da República Portuguesa, visto ser uma verdadeira alteração ao Código do IMI e à Lei das Finanças Locais.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária, a 28 de junho de 2012, delibera:

- Manifestar a sua total discordância com a Portaria nº106/2012, de 18 de abril.”

7.3.11 – O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

a) Projeto de Recomendação
Cantinas como Reforço Social

Tendo em consideração o apelo deixado por um munícipe na última Assembleia Municipal de Almada realizada em Abril do presente ano onde desafiava os Grupos Municipais a apresentarem um Projeto de Recomendação que recomende a Câmara Municipal de Almada na luta contra a carência alimentar de muitas das crianças do concelho que necessitam dessa ajuda pois, muitas das vezes, a refeição que tomam na escola é pouco para as necessidades alimentares diárias e sendo, por vezes, a única refeição digna desse nome devido às dificuldades que muitas famílias atravessam neste momento difícil, deve reforçar todas as diligências que possam minimizar este impacto negativo no acesso a alimentação por parte das crianças e jovens do concelho de Almada.

Posto isto, e devido ao papel e contributo solidário que deverá ser apanágio da câmara municipal para com os mais desfavorecidos, a Assembleia Municipal de Almada reunida na freguesia do Laranjeiro, no dia 28 de Junho do ano de 2012 delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal de Almada que durante o período de férias escolares possa manter as cantinas e refeitórios das escolas sob a sua tutela abertas no horário de almoço para que as crianças mais desfavorecidas do concelho não fiquem privadas durante esse período de ter acesso a uma refeição condigna.”

b) Moção

Atribuição Medalha da Cidade à Infanta D^a Maria de Adelaide

Pouco depois de completar, no dia 24 de janeiro, um século de idade, a Infanta D^a Maria Adelaide de Bragança Van Uden deixou fisicamente este mundo; connosco fica(rá) a sua alegria e força de viver, e sobretudo, a evidência duma grandiosa obra de dedicação aos mais desfavorecidos e sofredores.

Nascida no dia 31 Janeiro de 1912, na localidade de St Jean de Luz na Áustria (exílio), D^a Maria Adelaide de Bragança Van Uden, desde cedo demonstrou a sua irreverência e prontidão para ajudar o próximo acarretando por esse facto, com algumas opiniões menos abonatórias devido a sua



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

proveniência nobre, chegando mesmo a ser apelidada de a "Infanta Rebelde", e, em finais dos anos 50 , a ganhar fama de comunista.

Possuidora de uma vasta bondade e de um imenso coração, foi através de várias e arriscadas peripécias na ajuda ao próximo, que D^a Maria Adelaide Van Uden, ficou exposta às maiores adversidades arriscando mesmo a sua própria vida na defesa da justiça e dos mais infelizes, chegando a ser presa pela Gestapo, e só libertada, por intervenção de Salazar junto do Reich.

Apesar de resistente, da sua luta pelos valores da liberdade e da justiça, é feita prisioneira pela tropas russas que ocuparam a cidade de Viena. Na antevéspera de ser deportada para a Sibéria, fruto dum acaso, um oficial soviético espezinhou uma folha amarrotada como "historial" de D. Maria Adelaide de Bragança." Segundo aquele processo, aquela senhora tinha sido presa por tentar a libertação de um camarada comunista!".

Verificada a ilegalidade da lei do exílio pela Assembleia Nacional abriam-se as portas para o regresso da família a Portugal. Em 1948 que D^a Maria Adelaide, regressa a Portugal e fixa-se até aos seus últimos dias no concelho de Almada, durante bastante tempo na localidade de Murfacém, freguesia de Trafaria. Presidiu à Fundação D. Nuno Alvares Pereira, no Porto Brandão, tendo dedicado a sua vida a obras beneméritas, reconhecidas em favor dos mais pobres e dos mais desfavorecidos nomeadamente dos doentes, as grávidas com poucos recursos e sem apoio, tal como acareava com a sua bondade e compaixão crianças abandonadas e com fome.

Antes de partir deste mundo, foi justa e inequivocamente, condecorada com a Ordem de Mérito pelos seus feitos verdadeiramente heroicos para com a sociedade.

Em sua consideração, tendo passado metade da sua vida numa verdadeira dedicação aos mais pobres no concelho de Almada, nomeadamente Trafaria e Caparica, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de Junho de 2012 delibera:

- 1 - Reconhecer a verdadeira entrega e obra da Infanta D^a Maria Adelaide de Bragança Van Uden, ao longo da sua vida para com os mais pobres e os desfavorecidos, e nomeadamente, o trabalho intenso que desenvolveu através da Fundação D. Nuno Alvares Pereira, no Porto Brandão, a que presidiu, e que foi a formalização e o culminar de um trabalho de muitos anos;
- 2 - Recomendava a título póstumo da Medalha de Ouro da Cidade de Almada pela obra benemérita reconhecida à Infanta D^a Maria Adelaide de Bragança, através de uma cerimónia pública;
- 3 - Que a Medalha da Cidade seja depositada e conservada no Museu da Cidade, em local visível e acessível aos munícipes."

b) Moção/Saudação

Desde sempre que Portugal se fez notar nos mais diversos acontecimentos desportivos através das mais variadas modalidades onde sucessivos títulos e medalhas foram conquistados e trazidos para o país enaltecendo e fazendo rasgar os maiores sorrisos exaltando todo o orgulho e a honra à bandeira nacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Desporto deverá ser quando praticado com transparência e fairplay, um motivo de aproximação dos povos, encontro de culturas e um estímulo à competição saudável e de respeito para com o adversário. Quer em modalidades individuais ou em equipa Portugal tem deixado créditos e um balanço muito positivo por esse mundo fora, facto que não poderíamos deixar de lembrar, ainda por cima sendo a cidade de Almada, uma cidade com bastante tradição no desporto com verdadeiros atletas com provas dadas e reconhecidas quer a nível nacional quer além fronteiras.

Assim sendo, e Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no Laranjeiro, no dia 28 de junho de 2012:

Saúda, efusivamente, todos os desportistas almadenses que ao longo de décadas horaram o nome de Almada, como também, a atleta almadense Telma Monteiro, pela conquista no passado mês de Abril, da medalha de ouro no campeonato europeu de judo, tornando-se campeã europeia da modalidade, e a Seleção Nacional de Atletismo de Síndrome de Down que se sagrou campeã deixando, desde já, os votos para que tudo corra com o maior sucesso nos Jogos Olímpicos a realizar no próximo mês e que Portugal consiga mais uma vez, ter um lugar em cada pódio.”

7.3.12 – O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação

Considerando que se encontra agendada para o próximo dia 9 de julho a reunião com a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território com o Município de Almada, representado pela Sr.^a Presidente da Câmara e os Srs. Presidentes da Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Costa da Caparica e a solicitação destes, para esclarecimento da posição do Governo relativamente à Proposta de Reprogramação do Programa Polis na Costa da Caparica, enviada pelo Conselho de administração da Sociedade CostaPolis aos acionistas – Estado e Município de Almada.

Considerando que deverá realizar-se uma Assembleia Geral da Sociedade CostaPolis para decisão da referida Reprogramação, sendo nessa altura necessário mandar o representante do município através de deliberação dos órgãos autárquicos municipais – Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Considerando que a Sociedade Costa Polis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica foi criada em cumprimento do Decreto-Lei nº 229/2001 sendo detida na proporção de 60% pelo Estado e de 40% pelo Município de Almada, pelo que o Governo é determinante para o presente e o futuro da Intervenção Polis e do desenvolvimento e o progresso na Costa da Caparica.

Considerando que a Sociedade CostaPolis, em consideração das suas obrigações legais, tem a responsabilidade da gestão e coordenação do investimento a realizar na Costa da Caparica, do desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que a Sociedade CostaPolis está obrigada por lei (DL 229/2001) a cumprir o seu objeto de acordo com o Plano Estratégico para a Costa da Caparica, aprovado pelo Governo e o Município de Almada.

Considerando que o Plano Estratégico para a Costa da Caparica constante no art. 2º, do DL nº 229/2001, que constituiu a Sociedade CostaPolis, determina no seu nº 2 de que “O plano estratégico define a sequência dos atos e especifica as áreas e a natureza das intervenções a realizar ao nível local”, operacionalizando a estratégia da intervenção nacional que consiste em “melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções de carácter urbanístico e ambiental, aumentando a sua atratividade e competitividade no Sistema Urbano Nacional” e que para a Costa da Caparica é concretizado em oito projetos estruturantes que aglutinam em si diversas ações e projetos, sendo:

- 1 – Projeto Estruturante das Praias Urbanas
- 2 – Projeto Estruturante do Jardim Urbano
- 3 – Projeto Estruturante do Bairro Campo da Bola
- 4 – Projeto Estruturante da Frente Urbana e Rural Nascente
- 5 – Projeto estruturante das Praias de Transição
- 6 – Projeto estruturante das Praias Equipadas
- 7 – Projeto Estruturante dos Novos Parques de Campismo
- 8 – Projeto Estruturante de Transporte e Acessibilidades

Considerando que os Projetos Estruturantes nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 tem os respetivos Planos de Pormenor eficazes e os nºs 4 e 6 têm os Planos de Pormenor em elaboração e em fase de Projeto Final.

Considerando que a Intervenção Polis na Costa da Caparica é ainda integrada, segundo o Plano Estratégico, com “Ações Complementares” em que se destacam a: Requalificação Viária e Pedonal da Av.ª Aresta Branco e Estrada Florestal, a via de acesso à Fonte da Telha, Extensão do MST à Costa da Caparica; Interface de Transportes Públicos com Terminal Rodoviário/MST/Comboio de Praia; Requalificação do Espaço Público; Construção do Novo Mercado; Requalificação do Edifício do atual Mercado e da Praça do Mercado; Construção de Parques de Estacionamento; Consolidação da Zona Rural e o Ordenamento das Áreas Agrícolas das Terras da Costa; Construção da Escola Básica Integrada; Construção de Habitação para Realojamento; Centro de Estágio Desportivo e Complexo, Centro de Saúde, Centro de Apoio a Idosos, etc..

Considerando que na reunião realizada em setembro do ano passado com o Município, a Sr.ª Ministra, Dr.ª Assunção Cristas, afirmou que na presente situação de crise o Estado não aumentaria o seu esforço financeiro, contudo a concretização do Plano Estratégico do Programa Polis na Costa da Caparica não estava em causa, incluindo a aplicação dos resultados financeiros dos terrenos a alienar, e que o tempo para a sua concretização seria o necessário.

Considerando que a Proposta de Reprogramação apresentada, ao Estado e Município, pelo Conselho de Administração da CostaPolis não cumpre o objeto legal da Sociedade e abandona o respetivo Plano Estratégico.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando assim estar em causa a concretização dos objetivos firmados pelo Governo com o Município de Almada de requalificação urbana e valorização ambiental da Cidade da Costa da Caparica, de melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, aumentando a sua atratividade e competitividade, e de reforço e valorização da Frente Atlântica projetando-a como polo de excelência de oferta turística, de recreio e de lazer da Área Metropolitana de Lisboa e do País.

Nestes termos e considerando o estipulado no artigo 53º, nº 1, alíneas o) e p), da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, em que atribui a competência às Assembleias Municipais para tomarem posição e/ou pronunciarem-se perante os órgãos de poder central sobre assuntos de interesse para as autarquias, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 28 de junho de 2012, delibera:

- 1 – Reafirmar a absoluta necessidade que para o desenvolvimento e o progresso da Costa da Caparica, do Concelho de Almada, da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa seja assegurada a realização do Programa Polis na Costa da Caparica, através da concretização da intervenção firmada no Plano Estratégico da Costa da Caparica aprovado pelo Governo e o Município de Almada após ter sido debatido com os cidadãos e consensualizado pelos agentes locais de desenvolvimento económico, social e cultural.
- 2 – Propor ao Governo, tendo em conta a situação económica atual e em perspectiva do tempo de implementação e concretização da Intervenção Polis na Costa da Caparica tendo presente o cumprimento do seu Plano Estratégico, a continuidade da Sociedade através da prorrogação da sua duração pelo menos, até 31 de Dezembro de 2017, conforme anterior deliberação já tomada pela Assembleia Municipal.
- 3 – Reiterar a absoluta necessidade de ser considerado a viabilização de fontes de financiamento da intervenção na concretização dos projetos estruturantes e ações complementares, nomeadamente, através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), da valorização dos terrenos propriedade da Sociedade, da possibilidade e oportunidade de recurso ao crédito bancário através da hipoteca dos terrenos destinados à alienação e de iniciativas de atração de investimento privado.”

7.3.13 – A Sr.^a Vereadora Amélia Pardal a solicitação da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente, sobre a Moção do Partido Socialista nomeadamente no que se refere às questões da Moção sobre a Rua da Bela Vista. E concretamente sobre a questão da situação junto à Escola e ao estrangulamento. O Sr. Deputado Sérgio Bastos enganou-se na data quando leu, estava fora de tempo. Esta Moção vem fora de tempo, porque relativamente aquilo que é dito sobre a Câmara, que diz que a estes alertas a Câmara fez ouvidos de mercador como é seu hábito. A Câmara não fez obviamente ouvidos de mercador, isto é um assunto que tem vindo a ser acompanhado na Câmara, por vários serviços, quer pelo Departamento de Educação, quer pela Divisão de Trânsito, quer pela Gestão Urbanística, quer pelas Obras Municipais, numa relação estreita com a Escola e também com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Associação de Pais. E este não é um assunto fácil de resolver, só pessoas muito irresponsáveis poderiam fazer ouvidos de mercador relativamente a um problema desta natureza. É um problema que de facto põe em risco as pessoas que atravessam a estrada, não há passeio, há um estrangulamento na via, e portanto foi preciso tomar um conjunto de medidas. Neste momento temos e eu tenho comigo inclusive o projeto de alteração na via e nos passeios, foi preciso fazer um caminho porque há três habitações na zona, privadas, legalizadas, uma delas anterior a cinquenta e um e só dois dos proprietários autorizaram neste momento o último deles há muito poucas semanas, autorizaram a intervenção. E portanto a par disso a Câmara desenvolveu um projeto de intervenção ainda sem a autorização dos proprietários, desenvolveu um projeto que está pronto e portanto neste momento com o acordo destes dois proprietários o que é fundamental neste processo, visto que o outro é um pouco mais à frente, estão criadas as condições para uma intervenção que vai ser realizada por administração direta da Câmara passando dos serviços que são da minha responsabilidade para os serviços da responsabilidade do Vereador Rui Jorge, no sentido de resolver o problema. Portanto, o problema está em vias de resolução. Dizer só que foram ainda antes desta solução ser encontrada, que foi a última a ser encontrada, num processo longo de diálogo com as pessoas, eu própria reuni com os proprietários, aliás uma Senhora muito idosa com noventa anos, depois com os filhos da Senhora, porque há também questões do ponto de vista afectivo relativamente à casa, a um conjunto de aplicações de azulejos que existem na casa, questões destas que são pequeninas, mas são, precisam de ser tratadas, porque as pessoas viveram ali toda a vida e a Senhora construiu a casa com o seu marido, etc., e portanto foi um processo que foi acompanhado diretamente por mim, não só pelos técnicos e dirigentes. Portanto, neste momento está em vias de ser resolvido. Mas ainda assim dizer, que a própria Divisão de Trânsito com o Departamento de Educação, fizeram um trabalho com a Escola, porque foi ainda feita a tentativa de alterar o portão da Escola, as paragens dos autocarros, foi feito aqui um caminho, naturalmente nós também gostávamos que estivesse pronto há mais tempo, mas as casas não são municipais e as soluções não se encontram por obre e graça, encontram-se com trabalho, com acompanhamento às pessoas e foi isso que fizemos e neste momento as coisas estão prontas para avançar.”

7.3.14 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome do Partido Socialista, venho fazer algumas considerações sobre algumas das Moções apresentadas. E começo pela Moção apresentada pelo Partido Socialista.

A Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre uma situação intolerável que se tem perpetuado na Freguesia da Charneca, é um assunto que preocupa imenso a população, que põe em causa a segurança das crianças e da generalidade dos Municípios que as levam à escola e circulam por aquela zona, é uma situação que como já referi se arrasta há imenso tempo e o que é que nós podemos assistir hoje aqui?

Assistimos à utilização pela Sr.^a Vereadora responsável do Pelouro de um conceito que é um conceito que a CDU poderia eventualmente registar como patente sua que é o “estamos a acompanhar o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

assunto”. Nós sabemos que a Câmara acompanha muitos assuntos e acompanha os assuntos com muita frequência, já o referi noutra ocasião aqui nesta Assembleia. Nós sabemos que acompanha, que pondera, que estuda, mas nós não queremos saber isso, nós queremos saber é quando é que resolve o problema, e o repto que eu deixo aqui Sr.^a Presidente da Câmara e Sr.^a Vereadora, é muito simples, é que nos digam hoje e aqui quando é que planeiam ter esse problema resolvido, porque se não o fizerem, perdem completamente a credibilidade no modo como abordaram o assunto aqui. E portanto o repto fica aqui muito claro, muito direto.

Quando é que a Câmara prevê que o assunto esteja resolvido?

Passo agora a pronunciar-me sobre o documento número oito, que quem tem presentes os documentos sabe que se refere à Moção sobre a reforma administrativa pelo PSD.

Sobre esse assunto com toda a serenidade, gostava de referir o seguinte, a Assembleia Municipal já se pronunciou sobre este assunto várias vezes. E sobre este assunto construiu um consenso. E esse consenso envolveu o PSD e era um consenso no sentido de recusar este processo que por todos foi considerado atabalhado, sem fundamentação, sem justificação atendível. E portanto, é com muita surpresa e consternação que nós tomamos conhecimento desta Moção apresentada pelo PSD. Esta Moção penso que o melhor destino que poderia ter era ser retirada por quem a apresentou. Era um gesto de coerência e de reparação do lapso que certamente cometeram ao apresenta-la aqui o pedido de estruturas do vosso Partido de outros níveis. Se não o fizerem esta Moção terá de ser recusada e nós associar-nos-emos aos outros grupos parlamentares que aqui o queiram fazer porque não tem o mínimo de condições para ser votada favoravelmente. Este assunto é um assunto como referi não é novo, já tem uma história, vai ter outros desenvolvimentos e portanto não vale a pena estarmos aqui a escalpeliza-lo em pormenor.

Nós voltaremos a ele, haverá argumentos que vão ser aduzidos na altura certa, e pensamos que em nome do futuro das populações do Concelho, nós não podemos pactuar com este processo. E o apelo que fazíamos era que o PSD em coerência com o que defendeu até agora, também recusasse este processo. Seguidamente algumas considerações sobre o documento apresentado pela CDU, nós vamos votar a favor do documento que apresentaram sobre o Encerramento dos Centros de Novas Oportunidades, mas gostava que ficasse registado o seguinte: “a qualificação da população adulta portuguesa, é inquestionavelmente um desígnio nacional de primeira prioridade. O deficit de qualificações da população nomeadamente da população com mais de vinte e quatro anos, é um deficit muito significativo relativamente à população tanto da Europa como dos países da OCDE e desde há muito tempo para cá, desde os anos oitenta mas de forma mais vincada desde há doze anos que é assumido como objetivo nacional a redução deste deficit de qualificações que prejudica a população portuguesa e prejudicando a população portuguesa, prejudica a economia portuguesa, prejudica o produto português, e tem obviamente e repercussões muito negativas. E uma primeira observação para o seguinte facto, o PS sobre esta matéria, apresentou aqui no Laranjeiro há algum tempo atrás um texto de congratulação sobre este tipo de política de qualificação da população adulta, portanto tidos como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desempregados e esse texto foi recusado pela CDU. E portanto, nós gostávamos de assinalar esse facto aqui e de chamar a atenção para que o sectarismo político às vezes tem manifestações que o futuro vem a comprovar como verdadeiramente erradas. Mas não é só essa observação que gostava de fazer sobre este documento. Há neste momento um consenso entre um conjunto significativo de forças políticas em Portugal sobre a importância deste trabalho de qualificação dos adultos. Mas tenho de sublinhar que é lamentável que a CDU se tenha deixado levar pelo preconceito que sobre esta matéria algumas forças políticas têm utilizado esse preconceito. Que é o seguinte, há uma frase que é perfeitamente escusada. Que é a seguinte em muitas situações houve falta de rigor cavou-se um fosso visível entre a certificação e a qualificação. E a pergunta que eu faço à CDU é em que estudos, em que constatação empírica, com que dados é que sustentam esta afirmação. Porque nós sabemos que a direita defendeu esta ideia, mas esta ideia não tem sustentação. Esta ideia é um preconceito e é lamentável que a CDU tenha incluído esse preconceito aqui neste texto. Depois referem-se à utilização dos Fundos Comunitários para garantir esta frente de educação de adultos. Ora, os Fundos Comunitários eram os recursos que o país tinha, e sendo a educação de adultos um objetivo prioritário, naturalmente foi alocado a esse objetivo os recursos financeiros que existiam. E portanto essa decisão foi uma decisão adequada, foi uma decisão que na altura permitiu uma boa implementação do programa, e não é de forma nenhuma digna de censura. Portanto, foi uma boa decisão sobre a alocação dos recursos existentes no país.

Depois refere ainda desde logo, nunca se justificaram os excessos propagandísticos ou os abusos de aproveitamento político do anterior Governo. Ora, os Governos apresentam aquilo que fazem, os sucessos que têm, obviamente numa perspectiva até de prestação de contas às populações. E portanto, eu não tenho presente, mas os Srs. Deputados Municipais da CDU poderão fazê-lo, quando é que nesses contextos foram cometidos esses excessos, quer dizer eu não conheço. Digam quais é que foram os formandos que foram prestar falsas declarações, quais é que foram os formandos que afirmaram aspetos que não correspondem à verdade. Eu gostava de saber, porque senão eu tenho que repetir o que disse já. Há aqui neste texto alguns preconceitos que são perfeitamente escusados. Mas de qualquer modo nós vamos votar a favor do texto.

O PSD presumo que vai votar contra porque o PSD assim é campeão do preconceito relativamente a essa matéria. Aliás, noutra altura poderemos referir em pormenor em que é que se baseia o posicionamento do PSD sobre essa matéria. Portanto, é de facto um aspeto que é digno de menção mas não neste momento.

Posteriormente há dois textos sobre a situação dos trabalhadores da ENSUL/MECI. A situação dos trabalhadores da ENSUL/MECI é uma situação de facto dramática, preocupante, alguns de nós têm amigos e familiares nessa situação, eu sou um deles, e portanto é natural que nos preocupemos sobremaneira com esta matéria e também que nos pronunciemos sobre ela. Portanto, numa perspectiva de solidariedade para com os trabalhadores, numa perspectiva de identificação com o drama que neste momento eles estão a viver, nós votaremos a favor das duas Moções, independentemente de podermos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

achar que o modo como a questão é colocada, nem sempre é o mais correto. Mas de qualquer modo votaremos a favor das duas Moções.

Ainda duas pequenas referências a dois textos apresentados pelo CDS-PP. Um deles sobre a atribuição da Medalha da Cidade à Infanta D. Maria de Adelaide. Nós não temos nenhuma objeção à atribuição da Medalha à Senhora, portanto é uma Sr.^a obviamente respeitável, digna de consideração pelos Cidadãos de Almada, e pensamos que a Câmara Municipal de Almada em devido tempo e de acordo com os procedimentos existentes sobre esta matéria, poderá considerar esta matéria. Mas trata-se de competência da Câmara Municipal, e portanto pensamos que não há neste momento condições para votar este texto que tem a forma de Moção e que portanto está fora da competência da Assembleia Municipal.

Finalmente um texto sobre as Cantinas como reforço social. Nós estamos já habituados às manifestações de uma perspectiva serôdia, assistencialista de alguma direita portuguesa. Não é este o melhor processo de responder às necessidades do país. Mas nós não obstaculizamos a que seja inviabilizada esta situação, desde que e agradecemos que o CDS nos preste dois esclarecimentos. O primeiro é saber se junto do Ministério da Educação já assegurou que as cantinas geridas diretamente pelas escolas, também vão ter esta mesma abordagem. E segundo se junto do Ministério da Educação já assegurou que o Ministério da Educação contribuirá com a componente que lhe corresponde para estas refeições nos refeitórios das escolas do 1º ciclo. E portanto em função do esclarecimento nós ficaremos obviamente mais habilitados a votar sobre esta matéria.”

7.3.15 – O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre o sentido de voto das Moções que foram apresentadas, acompanharemos a votação, não me vou alongar sobre isso. Só para um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Leitão, dizer-lhe que a posição do PSD relativamente à matéria da nossa Moção, é aquela que aqui foi expressa, e aquela que foi apresentada, isso não obstante um órgão autárquico deste Concelho do PSD, ter uma posição diferente. A posição do Partido é a que foi lida, é a que foi apresentada e o Sr. Deputado está a fazer uma grande confusão com as matérias do PSD e está muito preocupado com o PSD.”

7.3.16 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começo por constatar a intervenção insólita do Sr. Deputado José Courinha Leitão, em relação a alegação da falta de competência desta Assembleia para um projeto de recomendação à Câmara Municipal de Almada. Isto é tão insólito e é possivelmente uma novidade regimental que o Sr. Deputado Municipal quer introduzir, mas tenha cuidado que ela é uma contradição imediata com textos que o Partido Socialista sistematicamente apresenta. Aliás, não sei se será competência desta Assembleia Municipal tratar da reparação de estradas, como aqui está no primeiro documento que foi apresentado hoje, em que o Partido Socialista se preocupa com algo que é da competência da Câmara Municipal de Almada. Enfim, dá a ideia que o Sr. Deputado hoje quis aqui vir fazer oposição a todos os Partidos, à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esquerda e à direita, mostrar que o Partido Socialista existe, é muito bom, e está feita a marcação de posição.

Mas eu queria falar sobre um documento em particular, apresentado pela CDU, relativamente ao Programa Polis. Porque aquilo que é a Costa da Caparica hoje, é o fruto do abandono a que esta Câmara Municipal a votou, de há muitos anos.

Degradação urbana, lixo, construção clandestina vergonhosa, uma pressão imobiliária e viária sobre as praias, sobre as áreas protegidas, estratégia aparentemente nenhuma, visão de futuro não se vislumbra naquilo que foi a ação da Câmara Municipal de Almada sobre aquele território. Mas eis que há uns anos surgiu a possibilidade do Programa Polis, e com isso a possibilidade de mandar dinheiro para cima do desleixo da Câmara Municipal de Almada. Mas o Polis que temos hoje, é o retrato confrangedor da incompetência e do desrespeito por aquilo que é o bem comum. Foi gasto dinheiro, foi gasto mesmo muito dinheiro, mas como os resultados estão à vista eu ainda estou para entender a quem aproveitou esse dinheiro, aquilo que assistimos no Programa Polis foi um conceito de planeamento virado do avesso, a retalho, obsoleto. Acompanhado de facto de uma surpreendente incapacidade técnica com uma degradação a curtíssimo prazo dos materiais, e o desleixo daqueles que são os atores políticos, daquilo que devia ser a conservação das obras que foram feitas e que também qualquer cidadão poderá ver numa ida à Costa da Caparica. O laxismo, o ataque ao Património, também conhecemos aquilo que são as pretensões desta Câmara Municipal. E portanto, pedir a perpetuação do Programa Polis é pretender que se continue a desbaratar o dinheiro dos contribuintes num verdadeiro cadáver. Mas tão cadáver que nasceu já morto. O Programa Polis quando surgiu, nos tempos gloriosos do Engenheiro Sócrates, anunciava isto mesmo, uma megalomania de intenções e um desastre de execução. E portanto, é bom que se pare já com isto, é muito bom que o Governo ponha fim a este desbaratar de dinheiro público, é bom que pensemos a Costa da Caparica, aquilo que queremos da Costa para daqui a umas décadas com cabeça e sem sequer fazer da Costa mais um foco de especulação imobiliário.

Depois em relação a outros documentos, apesar de tudo e apesar de conhecer os intervenientes, ainda me surpreende que nesta Assembleia se use algum tipo de linguagem que aparece aqui em documentos que são institucionais, e são documentos que são apresentados à votação desta Assembleia e para que se pede a sua aprovação. Um Órgão Autárquico eleito não se dirige assim, não se dirige assim ao Governo, não se dirige assim a empresas privadas, com uma linguagem carroceira. E portanto, é totalmente inapropriado utilizar este tipo de textos num relacionamento institucional.

Salientar também aquilo que é a pretensão que se continue o monstruoso buraco financeiro que é o Metro Sul do Tejo.

O país não tem dinheiro e parece que a esquerda não percebeu isso. Fala-se aqui e exige-se aqui coisas que o país não tem condições de dar. E já agora exemplifiquem onde vão buscar o dinheiro para essas coisas todas. Porque a pôr-se em prática aquilo que é o desejo do Partido Comunista, era a banca rota do país em poucos meses. E é preciso ter noção disso, aliás é preciso ter a noção quando o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Partido Comunista teve de alguma forma responsabilidades na gestão deste país, o descalabro financeiro que foi. E portanto, é totalmente irrealista escudando-se em propósitos que são objetivamente bons mas que é de um populismo tremendo, escudando-se atrás disso, fazer propostas que não têm qualquer sustentação porque o país não pode.”

7.3.17 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não baixando o nível das intervenções não vou responder a algumas e portanto passo a indicar o sentido de voto das Moções, dos documentos que estão em apreciação. Eu creio que relativamente à Moção do Partido Socialista, talvez o Sr. Deputado tenha ficado muito irritado com o facto de a Câmara estar a resolver o problema, não faço mais comentários, votamos contra.

Depois, falar sobre a Moção do PSD, “reformular para melhor servir a população”. Esta é uma Moção deveras complexa, porque é contraditória, porque ignora o que se está a passar no Concelho. Em primeiro lugar eu acho que nós não temos aqui que estar a indicar como é que as Assembleias de Freguesia se devem organizar, devem fazer, o quê, e como, e quando, e já decidir o quê. Depois é ignorar aquilo que é por consenso um trabalho notável de unidade em todas as onze Juntas de Freguesia. E depois também dizer que esta Moção quer de alguma maneira insistir numa questão que é ignorar o repúdio generalizado a uma Lei. A Lei é efetivamente, já foi aprovada, ela foi aprovada apesar e promulgada pelo Sr. Presidente da República, apesar de todos os levantamentos, de todas as contestações, mas esta coisa espantosa de se insistir de que não há eliminação, há aglomeração, eu gostava de perceber se de duas passa a haver uma, quer dizer não há duas, há uma. Se há uma elimina-se uma. E depois esta história desta censura muito envenenada, dos quinze por cento nos Orçamentos, Srs. Deputados, é que tanto quanto eu julgo saber, a Juntas não somam, aquelas que forem agregadas, não somam os seus Orçamentos, não somam, e terem mais quinze por cento, não é nada disso que se trata. Trata-se de ficar com o Orçamento de uma delas que não sabemos qual e depois têm uma coisinha que é quinze por cento, a ver vamos. A ver vamos. E portanto esta Moção, eu não vou ao ponto de dizer que devia de ser retida porque nunca faria uma coisa dessas, mas obviamente que esta Moção não corresponde ao sentimento de todas as forças políticas nas onze Juntas de Freguesia, não corresponde ao sentimento da generalidade das populações, não corresponde aquilo que inclusivamente a ANAFRE e outros Órgãos das Freguesias estão a colocar. Lamentavelmente digamos assim, a Lei está publicada, mas penso que ainda estamos muito a tempo até porque esta Assembleia oportunamente fará uma Assembleia Extraordinária para se pronunciar e portanto estaremos ainda muito a tempo porque isto é da competência da Assembleia da República, ainda estamos muito a tempo de desenvolver todos os esforços no sentido de impedir a concretização no Concelho de Almada da redução de Freguesias.

Depois relativamente às Moções do BE, dizer que vamos votar favoravelmente as três Moções apresentadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente às questões do CDS. Pois, de facto o país não tem dinheiro, de facto as pessoas estão a passar muito mal porque há uma grande crise social, porque as pessoas, dizem, são preguiçosas, porque as pessoas, dizem, viveram acima das suas possibilidades, porque as pessoas entraram na corrupção, porque as pessoas extinguíram postos de trabalho, porque as pessoas são umas criminosas, e portanto não há dinheiro para dar às pessoas, e portanto quem é que tem dinheiro para dar às pessoas? As Câmaras Municipais. E portanto, nós pensamos que se o CDS reformular a sua Moção e disser que exige do Governo a criação de um plano social de emergência, que crie as cantinas sociais para crianças e idosos e todos aqueles sectores da população que efetivamente estão a passar fome, a gente aprova.

Relativamente à questão da D. Infanta. Bom, de facto o que eu sei é que a Assembleia Municipal nunca propôs uma, e não é pelo facto de nunca ter proposto uma medalha de ouro, a verdade é que há um regulamento que tanto quanto sabemos que existe para atribuição e sei que as Sessões de Câmara onde se discute estas matérias até são Sessões fechadas, isto é dado o melindre da situação. Portanto, consideramos que isto é mais uma tentativa de criar um caso político, uma tentativa de achar que neste momento no Concelho de Almada muito respeitosamente a Sr.^a deve ser agora tornada a vitima do Concelho e nós não estamos disponíveis para entrar neste tipo de chicana. Portanto, nós votaremos contra.”

7.3.18 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Debruçar-me-ei só e apenas sobre duas ou três Moções, começando pelo PS. É uma sensação de déjà vu esta Moção.

Isto é completamente descontextualizado face àquilo que já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Joaquim Leitão.

Foi aqui dito há pouco que o que se exigia ou pretendia com esta Moção, era que a obra fosse feita. Que o que se pretendia com esta Moção era que a Câmara Municipal indicasse uma data ou mesmo que previsível da conclusão das obras ou do início delas ou do fim do acompanhamento. Tudo isso naturalmente que nós subscreveríamos, mas o que está nesta Moção escrito preto no branco, a única coisa que se pede é a censura e passo a citar: “decide censurar a Câmara Municipal pelo facto de descurar os interesses dos utilizadores da via acima referida e a segurança dos peões que nela circulam. Ponto 2, que o texto desta Moção seja publicado no próximo Boletim Municipal.” A não ser que eu esteja a ler isto mal, em nenhum ponto deliberativo desta Moção se pede a correção da via pública. E portanto por este motivo naturalmente que iremos votar contra este documento.

Já agora aproveito, como estão recordados na última Assembleia Municipal o Bloco de Esquerda propôs uma alteração a uma Moção muito parecida que foi aceite pelo PS, portanto nós não percebemos a recorrência deste tipo de argumentação. Nós não somos sectários, nós apelidamos isto de bom senso.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente à Moção apresentada pelo CDS-PP sobre as cantinas como reforço social. Bom, se isto tivesse sido apresentado aqui há uns meses atrás, se isto tivesse sido apresentado com uma estrutura um pouquinho diferente, se isto não assentasse numa pura e simples demagogia, sobre o que está aqui, nós até podíamos equacionar um voto diferente. No entanto, hoje dia 28 de junho, propor ou recomendar a Câmara Municipal que durante o período de férias escolares possa manter as cantinas e refeitórios das escolas sob sua tutela abertas em horário de almoço sem explicar como, com que procedimentos, de que forma, quem é que suportaria todas as despesas, como é que o pessoal seria assegurado, sem explicar rigorosamente nada, isto terá naturalmente o voto contra do Bloco de Esquerda.

Relativamente à medalha de ouro. Por todo o mérito que possa ter a atuação da Infanta no Município, e não só um pouco por todo o mundo, nós iremos abster-nos nesta Moção.

Relativamente a todas as outras com exceção da do PSD naturalmente iremos votar favoravelmente.”

7.3.19 – O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para ratificar uma afirmação da minha querida amiga e colega deste parlamento municipal Luísa Ramos, não é verdade. Esta Câmara já propôs a medalha de ouro a uma pessoa, não esta Câmara, esta Assembleia já propôs pelo menos que eu me lembro, são todas elas merecidas, todas as atribuições municipais são merecidas sem dúvida nenhuma, mas já propôs e foi aceite por esta Assembleia e foi recomendado à Câmara que se atribuísse ao Sr. Capitão Salgueiro Maia a Medalha de Ouro da Cidade de Almada. Essa proposta foi apresentada por mim, com quem eu tive o prazer de trabalhar, conviver e de partilhar a revolução de Abril.”

7.3.20 – O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria só perguntar à bancada da CDU se na Moção sobre a Defesa do Serviço Nacional de Saúde, na manutenção das Urgências Polivalentes no Hospital Garcia da Orta, se estará disponível para que a votação seja feita ponto por ponto?”

7.3.21 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só duas notas muito rápidas. Uma em relação ao que disse o nosso Presidente de Junta de Freguesia da Costa da Caparica, é que estamos perante situações completamente distintas. Uma coisa é uma sugestão, uma recomendação à Câmara, outra coisa é a Assembleia a deliberar. O que está aqui é uma deliberação da Assembleia de atribuir uma medalha. Portanto, coisas distintas está bem lembrado, lembro-me disso mas não foi de facto uma atribuição, fez bem em ter recordado, mas não se tratou obviamente de uma proposta. Aliás, as propostas mesmo na Câmara, existe o regulamento e são apreciadas e decididas em reunião não pública, em reunião extraordinária não pública, porque quando está em causa avaliação de pessoas é entendido que esse deve ser o método a utilizar. As pessoas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não pedem para receber medalhas, distinções e por isso devemos obviamente fazer uma análise cuidada e evitar situações de colocar em causa o nome das pessoas.

O Salgueiro Maia obviamente era o Salgueiro Maia, esta Sr.^a tem certamente o seu percurso e o seu mérito, mas não é uma referência como foi o Salgueiro Maia. Portanto, também me parece que é um pouco diferente, mesmo que fosse uma recomendação, seria certamente um pouco diferente da situação que teve lugar nesta Assembleia em devido tempo, como sugestão, como recomendação. E tenho toda a consideração por esta boa Sr.^a tive ocasião de ter algumas atenções com ela, em vida e mesmo aquando do seu óbito.

Portanto, também estou à vontade para dizer que não fui uma pessoa indiferente, não fui uma Presidente indiferente a esta cidadã do nosso Concelho.

Quanto à questão aqui apresentada pelo Partido Socialista, eu gostava de dizer que a questão não é acompanhar, nem ponderar, nem estudar, é trabalhar. E portanto, o que se tem feito é trabalhar. Trabalhar para resolver um problema. Felizmente não houve até hoje e desejo que não haja nenhum acidente no ponto aqui referido, nesta artéria. Nós estamos a falar de um território marcado por construções, por precedências antigas, com casas que as pessoas construíram e sobre as quais têm direitos, e obviamente que estas coisas precisam de ser tratadas devidamente. As pessoas têm o seu património, são proprietárias da sua casa, do seu terreno, têm uma licença de construção e uma licença de utilização absolutamente legal e portanto o que é necessário nestas situações, é o diálogo com as pessoas. E foi e tem sido isso que tem sido feito. E são situações que não são lineares, não são simples.

Exigem muito tempo e muita persistência e quando nós encontramos nomeadamente alguém que é bastante idoso como a Sr.^a Vereadora também aqui deixou há pouco essa nota, naturalmente que é ainda redobrados cuidados que devemos ter. Porque devemos ter respeito pelas pessoas, pelo seu percurso, pela sua vida, etc.. Com preocupação obviamente de um estrangulamento que existe, mas que é antecedente e decorre de um tempo bastante recuado, não decorre de uma urbanização recente definindo aquela rua estreita como solução para aquele território. Portanto, o assunto não tem sido acompanhado, estudado, etc., tem sido trabalhado e trabalhado diretamente com as pessoas. E há soluções, as pessoas aderiram aquilo que foi apresentado, vai ser necessário abater para o domínio público a área do domínio privado, estas coisas são assim mesmo, estamos a falar de propriedade, lotes de terreno onde as pessoas têm a sua casa e portanto vai ser necessário um procedimento em que haja o abate para o domínio público, a pessoa fica com um lote mais pequeno do que aquilo que hoje tem na própria conservatória e isto Sr. Deputado Municipal não vai com raptos nem com reptos, vai naturalmente com trabalho que é preciso concretizar de uma forma continuada, porque a administração pública não pode fazer o que lhe apetece. A administração pública tem que fazer aquilo que a legislação permite que seja feito. E portanto neste caso concreto é por aqui, lote urbano tem que ser reduzido, é reduzido a partir de um procedimento formal, legal, as pessoas estão de acordo, há de ser abatido para o domínio público e os nossos serviços por administração direta e isso também está combinado com as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

peçoas, naturalmente irão recuar os muros, irão alargar a estrada e isso há de se resolver seguramente para bem de todos. É uma preocupação nossa, não vale a pena é nós adjectivarmo-nos de uma forma menos correcta.

Portanto, não há ninguém desmazelado, não há ninguém com os olhos fechados, não há ninguém menos zeloso, e portanto eu queria aqui deixar esta nota porque quer os técnicos municipais, quer os eleitos têm há muito tempo este assunto sob trabalho concreto e permanente. Também com a escola, como disse a Sr.^a Vereadora há bocadinho, o trabalho de articulação com a escola, vários departamentos desde o trânsito, etc., tem sido feito. E portanto obviamente que isto ilustra bem que a Câmara não merece censura nenhuma, a Câmara está a trabalhar, os serviços da Câmara estão a trabalhar e obviamente as condições estão a ser reunidas para que possa ser feito sem raptos, mas também sem reptos aquilo que é preciso ser feito.”

7.3.22 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda referiu uma sensação de déjà vu, tecnicamente não é déjà vu é mesmo uma repetição, porque o assunto já foi trazido várias vezes à Assembleia e portanto Sr. Deputado não está a ter sensações estranhas, está de facto a ouvir novamente um assunto que já foi trazido aqui. E foi trazido aqui justamente porque é um assunto que se arrasta há muito tempo. Acabou de terminar o quinto ano de funcionamento daquela escola. E portanto, há cinco anos que aquela situação de risco para os cidadãos se mantém. Será que não há limite para que a inércia na resolução dos problemas urgentes seja merecedor de censura? Cinco anos de atraso não é merecedor de censura e sete anos será? E dez anos será? Sr. Deputado Municipal qual é o seu prazo para que a Câmara possa vir a ser merecedora de censura? Até porque a Câmara acabou por não dizer quando é que planeava que a obra tivesse realizada, ficamos na mesma. E portanto, o Sr. Deputado Municipal provavelmente vai ter outra sensação de déjà vu em próximas Assembleias, espero que não, mas se a situação se mantiver nós seremos obrigados a trazer-la cá novamente e teremos de confrontar o Sr. Deputado Municipal com esta pergunta: quanto tempo é que é necessário transcorrer para que a Câmara seja objeto de censura nesta matéria?

Se o Sr. Presidente me permitir eu faria mais uma pequena nota relativamente aos textos apresentados pelo CDS-PP.

Eu assinalo que não fui esclarecido relativamente às matérias que coloquei sobre as cantinas. Eu penso que é delicado havendo uma comparticipação do Poder Central no custo das refeições, podermos avançar com esta proposta sem estar assegurado que o Ministério da Educação está disponível para suportar essa comparticipação, portanto essa pergunta mantenho-a e gostava que houvesse um esclarecimento antes da votação.

Uma terceira nota sobre o outro texto do CDS-PP e que é o seguinte: há no texto que apresentaram sobre a atribuição da medalha da cidade três pontos na componente resolutiva. O Partido Socialista não tem qualquer problema, pelo contrário, tem todo o gosto em aprovar o primeiro ponto. O segundo e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

terceiro pontos não poderá fazê-lo pelas razões que já foram aduzidas por nós e também pelas que foram aduzidas pela Sr.^a Presidente da Câmara, que considero que foram também palavras adequadas para enquadrar devidamente este assunto. Portanto a atribuição de medalhas a pessoas é um assunto delicado, deve ser tratado com a devida contenção e o devido recato e portanto se se trata de reconhecer o mérito a uma cidadã, nós estamos disponíveis a associarmo-nos com todo o gosto a esse reconhecimento. Se, se trata de atribuição de medalha, penso que, reafirmo que primeiro formalmente o texto apresentado pelo CDS não é uma recomendação, é uma proposta e portanto chamo a atenção ao Sr. Deputado sobre isso, o Sr. Deputado habitou-nos a tal rigor que até ficaria melhor se resolvesse este assunto. Mas de qualquer modo fica também a possibilidade de fazer a votação ponto por ponto. Era um aspeto que deixava à vossa consideração.”

7.3.23 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Peço a palavra para me pronunciar sucintamente acerca da proposta do PSD, para a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária para apresentar uma proposta de agregação.

É sem dúvida nenhuma a apresentação de uma Moção do PSD de Almada, que vem aqui colada absolutamente à posição do PSD Nacional. Nós estamos a assistir é que ou fazem como nós queremos, como os Srs. querem, ou vem aí uma unidade técnica ou uma Comissão técnica e depois resolve por nós. Ou seja se nós formos muito bem comportados, faremos aqui uma Assembleia Municipal Extraordinária e apresentamos uma proposta de agregação de Freguesias, ignoramos completamente aquele documento que os onze Presidentes das onze Juntas de Freguesia do Concelho de Almada assinaram em conjunto. Esquecemos isso. Nós temos agora é que ter uma preocupação que é vamos ganhar quinze por cento e vamos fazer uma proposta de agregação das Freguesias. E com isto ficava o Sr. Ministro Miguel Relvas todo satisfeito porque tinha-nos em Almada, com o receio de perdermos os quinze por cento, aceite uma Assembleia Municipal Extraordinária para apresentar uma proposta de agregação das Freguesias do Concelho de Almada. Quando de facto criou-se aqui um consenso que entrou também pelos Srs. Deputados do PSD e podem ver-se as atas das reuniões que nós realizámos para este efeito. Nós em Almada fizemos inúmeras audições populares autárquicas a nível de Freguesias, a nível da Assembleia Municipal de Almada e fizemos inclusivamente uma Assembleia Municipal Extraordinária por proposta do PSD ao que o Bloco de Esquerda se associou. E fizemos então essa Assembleia Municipal Extraordinária e não saiu nenhuma Moção por parte do PSD com este teor. Aliás, por iniciativa do Bloco de Esquerda, nós iremos ter no Período da Ordem do Dia um debate, pelo menos nós acreditamos que o debate existirá sobre a realização de um referendo acerca desta matéria. É porque nós acreditamos que ainda muita água vai correr debaixo das pontes, até à concretização desta proposta de Lei do PSD, que mais não é do que uma afronta aos autarcas deste país, uma afronta ao Poder Local que nasceu com o 25 de abril de 1974, e que em muito sítio de Portugal, é o único elo de ligação com as populações. E os Srs.do atual Governo, com o apoio do CDS-PP, querem sem haver qualquer tipo de justificação, nem sequer é por questões económicas, querem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

levar a sua água ao seu moinho. Estão a errar profundamente porque estão a mexer em coisas que estão a funcionar. Preocupem-se antes com coisas que deixaram de funcionar e que deviam estar e que eram necessárias.

Portanto, o Bloco de Esquerda como é evidente vota contra e insurge-se no fundo contra o texto. Isto porque os Srs. do PSD estão a assustar as pessoas com a Comissão Técnica. Venha a Comissão Técnica, a gente tem passado por tanta coisa, também vamos passar por mais essa.”

7.3.24 – O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para esclarecer o Sr. Deputado, eu agradeço a sua intervenção da maneira correta como se me dirigiu. Espero que não seja um crime o Partido Social Democrata de Almada ter uma posição diferente do Partido Nacional. A mim parece-me perfeitamente normal e lícito. O que me parece também que não podemos estar a esquecer, é que há uma Lei sobre esta matéria. Portanto, não é ameaça nenhuma. A proposta que nós fazemos é se nós queremos ainda que uma parte desta Assembleia discordando do texto dessa Lei, mas se quer participar na discussão, se quer tornar útil a sua intervenção, porque de outra forma como a Lei prevê alguém vai decidir.

É muito simples é perfeitamente legítimo, e o Sr. Deputado também já aqui referiu diz que muda água vai correr e muitas coisas podem-se alterar. Vamos ver.”

7.4 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

7.4.1 – A Moção/Deliberação sobre a Rua da Bela Vista, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, foi rejeitada por maioria com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), onze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica)

7.4.2 – A Moção/Deliberação sobre Situação de Segurança em Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça, foi aprovada por unanimidade.

7.4.3 – A Moção/Deliberação sobre encerramento dos CNO, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Teresa Paula Coelho, foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP)

7.4.4 – A Moção/Deliberação sobre A situação das Associações e Bombeiros de Portugal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes, foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE) e oito abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP)

7.4.5 – A Moção/Deliberação sobre Situação dos Pescadores de Cacilhas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Leal, foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP)

7.4.6 – A Moção/Deliberação Reformar para melhor servir a população, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, foi rejeitada por maioria com trinta e quatro votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE), seis votos a favor (de eleitos do PSD e um do CDS-PP – Deputado Municipal António Maco) e duas abstenções (de eleitos do PSD – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP – Deputado Municipal Fernando Pena)

7.4.7 – A Moção/Deliberação De solidariedade com os trabalhadores, em defesa dos postos de trabalho na ENSULMECI, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP)

7.4.8 – A Moção/Deliberação Em defesa do Metro Sul do Tejo, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

7.4.9 – A Moção/Deliberação sobre Defesa do SNS, pela manutenção das urgências polivalentes no HGO, bem como pela reposição de todas as especialidades e valências, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por pontos:

7.4.9.1 – Introdução e alínea a), foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP)

7.4.9.2 – Alínea b) e c), foram aprovadas por unanimidade;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 7.4.9.3** – Alínea d), foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE) e seis votos contra (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP)
- 7.4.10** – A Moção/Deliberação Em defesa dos postos de trabalho da ENSULMECI, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Henrique Pires, foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP)
- 7.4.11** – A Moção/Deliberação Queremos o MST na Costa da Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por unanimidade.
- 7.4.11.1** – Usou da palavra para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal António Neves.
- 7.4.11.1.1** – O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD); Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Como é óbvio teria sempre que votar a favor de uma Moção e esta declaração de voto serve também para o décimo segundo documento apresentado pelo Bloco de Esquerda. Teria sempre que votar a favor e deixar aqui o meu lamento que passados dezoito anos em que se começou a discutir o Metro Sul do Tejo. E lamentar profundamente que esta Assembleia passados dezoito anos só agora se tenha lembrado que o metro deveria chegar à Costa da Caparica.”
- 7.4.12** – A Moção/Deliberação sobre Retenção de 5% do IMI, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Braga, foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP)
- 7.4.13** – O Projeto de Recomendação sobre Cantinas como reforço social, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Maco, foi rejeitada por maioria com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE) oito votos a favor (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e nove abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria)
- 7.4.14** – A Moção/Deliberação sobre Atribuição de Medalha da Cidade a Infanta D. Maria Adelaide, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Maco, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), oito votos a favor (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do BE)

7.4.15 – A Moção/Saudação aos Atletas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.4.16 – A Moção/Deliberação sobre O Plano Estratégico da Costa da Caparica, o Polis e a necessária Reprogramação 2012 da Intervenção, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro, foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusiva o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

7.4.16.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal António Neves.

7.4.16.1.1 – O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu diria que não há pior cego do que aquele que não quer ver.

Lamentavelmente o meu Governo, independentemente da cor política da Ministra do Ambiente, parece que não quer ver que se está a coartar de uma forma deliberada, por informações mal fornecidas à tutela, e infelizmente devidamente direcionadas e nós sabemos todos bem por quem, que se esteja a coartar o desenvolvimento sustentado de uma terra que há muitos anos, pelo menos 50 que eu me lembro, tenho 58 anos, não consegue dar o pulo qualitativo que merecia ter. Em detrimento de Algarves, em detrimento de Estoril, em detrimento de Linhas de Cascais, em detrimento de Costas Vicentinas.

Seria extremamente importante que ficasse aqui ratificado que para se descer para ao areal das praias da Costa da Caparica hoje, temos que chegar na frente urbana de praias, as pessoas para terem acesso ao areal têm que dar um pulo no mínimo de 2.5 m.

Curiosamente há praias no Algarve que em fevereiro tinham só pedras e que neste momento estão devidamente assoreadas e tive o cuidado de verificar e de me informar devidamente que foram de facto postas areias nessas mesmas praias.

È lamentável mais uma vez, que pessoas que nem sequer residem no Concelho, emitam opinião sobre aquilo que a Costa da Caparica deveria ser.

Mais, as terras da Costa hoje em dia são mais interesses imobiliários escondidos, a fugir aos fisco que todos temos nós que pagar impostos com as nossas e bem pagas na Costa da Caparica, e temos gente nas terras da Costa que abandonou as terras de cultura para se dedicarem à construção clandestina e alugarem mensalmente a 300 e 400 euros os anexos que lá construíram.

Mais, e isto é a primeira vez que eu vou dizer e é bom que fique em ata, o problema das Terras da Costa só não ficou resolvido há um ano e meio porque a Sr.^a Presidente, que está ali e não me deixa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mentir, entendeu que não o devia fazer. Porque lhe foi solicitada uma verba como indemnização e foi-lhe dito na cara e à minha frente no gabinete dela que o problema da Costa ficava resolvido se 600 mil fossem entregues à pessoa que estava à frente da Sr.^a Presidente.

Estas coisas nós devemos começar a deixar de ter medo, devemos começar a ser honestos, mais do que aquilo que ainda somos, e termos vergonha na cara de defender coisas que não têm defesa.”

7.5 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos António Maco, Fernando Pena, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal.

7.5.1 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

É apenas para deixar claro que a Presidente da Câmara seja nesta ou noutra situação não está à venda. Portanto a situação que o nosso colega autarca aqui trouxe merece que eu acrescente isto mesmo.”

7.5.2 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

É só um pequeno esclarecimento para que fique em ata, corrigir também e devolvo o sentimento de amizade e de cooperação do Sr. Presidente da Junta da Costa, e só para esclarecer que a CDU não foi a primeira vez que colocou a necessidade dos estudos do Metro ir à Costa da Caparica e Trafaria. E também já agora para que fique em ata para mais tarde recordar, também à Charneca de Caparica e outros estudos. Aliás Charneca/Sobreda. Portanto Sr. e meu amigo Presidente, a CDU não anda distraída e há muito tempo que anda a colocar estas questões.”

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar em reunião da próxima noite.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, Maria D’Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP – CMA; o Senhor Humberto Lameiras - Jornal da Região e de cinquenta e três Senhores Municípes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H40 do dia 29 de junho de 2012.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____